



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO- MEC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA- UFDPar
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

EMANUELE LEAL DA SILVA

**AMOR E PRISÃO: PERCEPÇÕES DAS RELAÇÕES AFETIVAS SEXUAIS DE
MULHERES EM CUMPRIMENTO DE PENA NO ESTADO DO PIAUÍ**

**Parnaíba- PI
2024**

EMANUELE LEAL DA SILVA

**AMOR E PRISÃO: PERCEPÇÕES DAS RELAÇÕES AFETIVAS SEXUAIS DE
MULHERES EM CUMPRIMENTO DE PENA NO ESTADO DO PIAUÍ**

Dissertação apresentada ao programa de
Pós-graduação em Psicologia da
Universidade Federal do Delta do Parnaíba,
como requisito parcial para a obtenção do
grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof. Dra. Sandra Elisa de
Assis Freire

**Parnaíba- PI
2024**

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Delta do Parnaíba

S586a Silva, Emanuele Leal da
Amor e prisão: percepções das relações afetivas sexuais de mulheres em cumprimento de pena no estado do Piauí [recurso eletrônico] / Emanuele Leal da Silva. – 2024.
109 p.
Dissertação (Mestre em Psicologia) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, 2024.
Orientação: Prof^a. Dr^a. Sandra Elisa de Assis Freire.

1. Cárcere. 2. Mulher. 3. Visita. I. Freire, Sandra Elisa de Assis.
II. Título.

CDD: 150

Elaborada por Adriana Luiza de Sousa Varão CRB-3/1493

EMANUELE LEAL DA SILVA

**AMOR E PRISÃO: PERCEPÇÕES DAS RELAÇÕES AFETIVAS SEXUAIS DE
MULHERES EM CUMPRIMENTO DE PENA NO ESTADO DO PIAUÍ**

Aprovada em: 20/07/2024

Banca Avaliadora:

Sandra Elisa de Assis Freire

Prof. Dra. Sandra Elisa de Assis Freire (Orientadora – UFDPAr)

Ludgleydson Fernandes de Araújo

Prof.^o Dr. Ludgleydson Fernandes de Araújo
Email: ludgleydson@yahoo.com.br

Prof.^o Dr. Ludgleydson F. de Araújo
Dep^{to} de Psicologia - CMRV/UFPI
Mat. STAPE 551072

Prof. Dr. Ludgleydson Fernandes de Araújo (Membro Interno - UFDPAr)

Roger da Silva Sousa

Prof. Dr. Roger da Silva Sousa (Membro Externo - UFC)

Lista de Figuras

Figura 1. Fluxograma da seleção de artigos	37
Figura 2. Anos dos Artigos Incluídos.....	38
Figura 3. Nuvem de palavras.....	69
Figura 4. Comunidades de sentido	70
Figura 5. Comunidade de sentido com questões relacionadas a visitas íntimas	71
Figura 6. Dendrograma	73

Lista de Tabelas

Tabela 1. Caracterização das áreas de conhecimento dos artigos	38
Tabela 2. Caracterização dos artigos selecionados para análise	40
Tabela 3. Segmentos dos textos mais representativos das classes	78

Lista de Abreviações

SRQ: Self- Report Questionnaire

CEP: Comitê de Ética em Pesquisa

IRAMUTEQ: Interface de Repourles Analyses Multidimensionnelles de Texteset de Questionnaires

ISTs: Infecções sexualmente transmissíveis

CHD: Classificação Hierarquia Descendente

DEPEN: Departamento Penitenciário Nacional

INFOPEN: Levantamento de Informações Penitenciárias

CFP: Conselho Federal de Psicologia

PRISMA: Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses

SCIELO: Biblioteca Eletrônica Científica Online

LILACS: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde

MEDLINE: Medical Literature Analysis and Retrieval System Online

CINAHL: Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclareci

Silva, E. e Freire, S. (2024). Amor e prisão: percepções das relações afetivas sexuais de mulheres em cumprimento de pena no estado do Piauí. Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, Piauí, Brasil.

Resumo

O sistema carcerário é um dos assuntos que sempre esteve em vigor no meio jurídico e social, no entanto, as atenções são mais voltadas ao público masculino por serem a maioria dentro do sistema prisional, se fazendo necessário discussões sobre as mulheres encarceradas, mesmo o número sendo bem menor que os homens, uma vez que o número de presas vem crescendo exponencialmente em todo o mundo. O aumento das mulheres na criminalidade é um fenômeno relacionado a diferentes aspectos, porque perpassa diferentes segmentos sociais e contextos históricos, onde a mulher amplia sua participação na sociedade, inclusive na criminalidade. Diante do exposto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as percepções das relações afetivas sexuais de mulheres em cumprimento de pena de regime fechado. E de modo específico, pretendeu-se: identificar a influência da privação de liberdade na manutenção dos vínculos afetivos sexuais; compreender a repercussão das visitas íntimas na vida das mulheres encarceradas; avaliar o impacto da privação de liberdade na saúde mental destas mulheres. Dessa forma, foram propostos dois estudos: Estudo I - Relações afetivas e o encarceramento feminino: Uma revisão de escopo. Com o objetivo de mapear as produções científicas que abordam a mulher encarcerada e as relações afetivas dentro da prisão. No qual os achados da revisão permitiram a obtenção de um panorama da discussão acerca da perda do vínculo afetivo em mulheres encarceradas, de modo a ter mais estudos desse tipo de estudo e alcançar o objetivo inicial almejado. Contudo, faz-se necessário sugerir a necessidade de mais estudos, teóricos e empíricos, sobre a temática nos bancos de dados nacionais e internacionais, visto que há uma carência de pesquisas correlacionando acerca dos vínculos afetivos e mulheres em situação de cárcere. O Estudo II - Percepções das relações afetivas sexuais de mulheres em cumprimento de pena no estado do Piauí. A partir de um estudo de métodos mistos (quantitativo e qualitativo) do tipo exploratória. A pesquisa foi realizada em duas penitenciárias femininas do Estado do Piauí e contou com a participação de 49 mulheres, com idade a partir de 18 anos. Para a coleta dos dados foram utilizados: questionário sociodemográfico, uma entrevista semiestruturada e o Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20). Atendendo todas as normas éticas estabelecidas pela Resolução n. 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar). Para a análise dos dados quantitativos foi utilizado o *Software SPSS for Windows* – versão 22. Sendo utilizadas medidas de tendência central (frequência, média, mediana) e medidas de dispersão (desvio-padrão) para descrever as características sociodemográficas dos participantes, como também a frequência para análises das escalas utilizadas. Para análise dos dados qualitativos textuais, foi utilizado o software IRAMUTEQ (*Interface de Repourles Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* versão 0.7). Foram realizadas as seguintes análises: Nuvem de palavras, Análise de similitude e a Classificação pelo método de Reinert. Os resultados apresentados amostra que a maioria das detentas são ré primária (57,1%) e recebia visitas familiares (63,3%). Elas tinham em média 25 anos quando cometeram o primeiro delito e estavam presas por cerca de 15 meses. Antes da prisão, 49% trabalhavam, mas apenas 4,1% tinham carteira assinada; atualmente, 32,7% trabalham na prisão. Apenas 6,1% recebem visitas íntimas. A maioria (95,9%) recebe assistência médica, mas apenas 59,2% são orientadas sobre ISTs. Em relação a percepção de sofrimento mental mensurado pelo Self Report Questionnaire (SRQ-20), 71,1% da amostra apresentou uma pontuação média indicativa de que existem indícios de sofrimento mental. Em relação ao conteúdo qualitativo

das entrevistas, o corpus textual foi constituído das 49 entrevistas que resultou em 258 segmentos textuais com 8918 palavras. Destas, houveram 1319 formas de palavras, no qual 678 foram mencionadas uma única vez (equivalente a 7,6% das palavras). A análise de nuvem de palavras revelou 26 termos com frequência acima de 20 repetições no *corpus* textual que refletem as preocupações e experiências das mulheres em relação às visitas íntimas. Palavras como "gente", "receber" e "bom" podem indicar a importância deste tipo de contato e das interações positivas durante esses encontros. A análise de similitude revelou cinco nuvens de palavras distintas, cada uma representando diferentes temas e aspectos das experiências relatadas. Por fim, a CHD, composta de 74,42% (192) do total de STs do corpus. Desta análise, resultaram 4 classes distintas, cada classe representou uma temática a partir dos textos analisados, nomeados da seguinte forma: Classe 1 - Visita Íntima: Necessidade e Desafios; Classe 2 - Visita Íntima: Significados e Desejos; Classe 3 - Desafios e Transformações: Experiências em Meio ao Mundo das Drogas; Classe 4 - Desafios na Assistência Prisional. Conclui-se que as visitas íntimas são essenciais para o bem-estar emocional das detentas, oferecendo apoio afetivo e alívio do estresse carcerário. A demanda por melhorias nas políticas de visitação reflete a necessidade urgente de condições mais adequadas e frequência aumentada desses encontros. Para facilitar a reintegração eficaz das mulheres após o encarceramento, políticas públicas e programas devem ser reformulados para abordar suas necessidades específicas e promover um ambiente prisional mais humano e inclusivo.

Palavras-chave: Mulher em Cárcere; Relações Sexuais; Relações Afetivas; Visita íntima.

Abstract

The prison system has long been a subject of legal and social discourse, primarily focused on the male population due to their majority within the prison system. However, discussions regarding incarcerated women have become increasingly necessary despite their smaller numbers, as the female prison population has been growing exponentially worldwide. The rise in female criminality is a phenomenon intertwined with various social segments and historical contexts, reflecting women's increased participation in society, including in criminal activities. In light of these considerations, the general objective of this research is to analyze perceptions of sexual affective relationships among women serving sentences in closed regime prisons. Specifically, the study aimed to: identify the influence of incarceration on the maintenance of sexual affective bonds; understand the impact of intimate visits on the lives of incarcerated women; evaluate the effects of incarceration on these women's mental health. Thus, two studies were proposed: Study I - Affective relationships and female incarceration: A scoping review. This aimed to map scientific productions addressing incarcerated women and affective relationships within prison, providing an overview of the discussion on the loss of affective bonds among incarcerated women and suggesting further research to achieve the initial objective. However, it is necessary to suggest the need for more theoretical and empirical studies on the subject in national and international databases, as there is a lack of research correlating affective bonds and women in carceral situations. Study II - Perceptions of sexual affective relationships among women serving sentences in the state of Piauí. This mixed-methods (quantitative and qualitative) exploratory study was conducted in two female penitentiaries in Piauí State, with the participation of 49 women aged 18 years and older. Data collection included a sociodemographic questionnaire, a semi-structured interview, and the Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20). All ethical norms established by Resolution No. 466/2012 and 510/2016 of the National Health Council were followed, and the study was approved by the Research Ethics Committee of the Federal University of Delta do Parnaíba (UFDPa). Quantitative data were analyzed using SPSS for Windows version 22, employing measures of central tendency (frequency, mean, median) and dispersion (standard deviation) to describe participants' sociodemographic characteristics, as well as frequency for scale analyses. Textual qualitative data were analyzed using IRAMUTEQ software (Interface de Repoules Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires version 0.7), which included Word Cloud, Similarity Analysis, and Classification by Reinert Method. The results showed that the majority of inmates were first-time offenders (57.1%) who received family visits (63.3%). They were on average 25 years old when committing their first offense and had been incarcerated for approximately 15 months. Before imprisonment, 49% were employed, but only 4.1% had formal employment; currently, 32.7% work in prison. Only 6.1% receive intimate visits. While the majority (95.9%) receive medical care, only 59.2% receive guidance on STIs. Regarding the perception of mental distress measured by the Self-Report Questionnaire (SRQ-20), 71.1% of the sample presented an average score indicating signs of mental distress. In terms of qualitative interview content, the textual corpus consisted of 49 interviews resulting in 258 textual segments with 8,918 words. Among these, there were 1,319 word forms, with 678 mentioned only once (equivalent to 7.6% of words). Word Cloud analysis revealed 26 terms with frequencies above 20 repetitions in the textual corpus, reflecting concerns and experiences related to intimate visits among women. Words such as "people," "receive," and "good" may indicate the importance of such contact and positive interactions during these encounters. Similarity analysis revealed five distinct word clouds, each representing different themes and aspects of the reported experiences. Finally, Hierarchical Descendant Classification (HDC), composed of 74.42% (192) of the total textual segments in the corpus, resulted in four distinct classes, each representing a thematic category

derived from the analyzed texts, named as follows: Class 1 - Intimate Visit: Needs and Challenges; Class 2 - Intimate Visit: Meanings and Desires; Class 3 - Challenges and Transformations: Experiences Amidst the World of Drugs; Class 4 - Challenges in Prison Assistance. It is concluded that intimate visits are essential for the emotional well-being of female inmates, providing emotional support and relief from the stresses of incarceration. The demand for improvements in visitation policies reflects an urgent need for more suitable conditions and increased frequency of these encounters. To facilitate effective reintegration of women after incarceration, public policies and programs should be redesigned to address their specific needs and promote a more humane and inclusive prison environment.

Keywords: Women in Prison; Sexual Relationships; Affective Relationships; Intimate Visit.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
Referências	22
2 ESTUDO I - RELAÇÕES AFETIVAS E O ENCARCERAMENTO FEMININO: UMA REVISÃO DE ESCOPO	29
2.1 Introdução	30
2.2 Método	34
2.3 Resultados	36
2.4 Discussão	47
2.5 Considerações finais.....	50
Referências	52
3 ESTUDO II - PERCEPÇÕES DAS RELAÇÕES AFETIVAS SEXUAIS DE MULHERES EM CUMPRIMENTO DE PENA NO ESTADO DO PIAUÍ.....	59
3.1 Introdução	60
3.2 Objetivos	63
3.3 Método	64
3.4 Resultados	67
3.5 Discussão	79
3.6 Considerações finais.....	82
Referências	83
4 CONSIDERAÇÕES GERAIS	85
APÊNDICES	87
Apêndice A - Dados Sociodemográficos	88
Apêndice B - Entrevista semiestruturada	90
Apêndice C - Produção técnica de uma cartilha.....	91

1 INTRODUÇÃO

O sistema carcerário é um dos assuntos que sempre esteve em vigor no meio jurídico e social, no entanto, as atenções são mais voltadas ao público masculino por ser a maioria dentro do sistema prisional, se fazendo necessário fomentar discussões sobre as mulheres privadas de liberdade, uma vez que o número de presas vem crescendo exponencialmente em todo o mundo (Davim, 2016; Santos et al., 2020). O aumento das mulheres na criminalidade é um fenômeno relacionado a diferentes aspectos, por perpassar diferentes segmentos sociais e contextos históricos, onde a mulher amplia sua participação na sociedade. Compreender a mulher que comete crimes, as especificidades da motivação e natureza destes comportamentos por elas praticados, a seletividade e o tratamento despendido pelo sistema prisional são importantes, considerando o aumento significativo de mulheres em situação de cárcere (Fair & Walmsley, 2022).

As mudanças nos papéis sociais e econômicos é uma das causas do aumento de crimes cometidos por mulheres nos últimos anos. Outro fato importante a ser ressaltado é que com a implementação da Lei nº 11.343/06 (Lei de drogas) que foi alterada posteriormente pela Lei nº 13.840/2019 passou-se a observar maior participação da mulher nas estatísticas criminais. Neste sentido, houve um crescimento vertiginoso da população feminina presa. No Brasil, até 2020, cerca de, 37.828 mulheres cumpriam pena, o que corresponde a cerca de, 4,94% de toda a população carcerária, com um total de 42 mil mulheres presas em regime fechado no país, ocupando a quarta posição de encarceramento feminino no mundo (Levantamento de Informações Penitenciárias, 2022; Gusmão et al., 2019; CFP, 2021).

De acordo com dados estatísticos oficiais divulgados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), relacionado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, mais especificamente, do Levantamento de Informações Penitenciárias (INFOPEN), divulgado em 2022, o perfil das mulheres que pratica crimes continua o mesmo com o passar dos anos, na

grande maioria são jovens com idade entre 18 a 30 anos, negras ou pardas, já foram alvo de algum tipo de violência (física, sexual, psicológica), com baixo nível de escolaridade, solteiras, mães, fruto de uma família às vezes disfuncional e presa por crime de tráfico de drogas (INFOPEN, 2022).

Desempregadas ou subempregadas, analfabetas e pertencentes a camada social desprovida de recursos para sobreviver com dignidade e manter a sua prole, ao discutir sobre as prisões, é possível compreender como as questões econômicas e sociais, como racismo estrutural, a diferença de gênero está presente em todos os contextos e explicitamente nas prisões (Cordeiro, 2017; CFP, 2021).

Existem diversos fatores que podem levar mulheres a se envolverem no mundo do crime, como os dispositivos sociais que promovem o processo de criminalização, a privação de acesso aos sistemas sociais básicos, como família, moradia, trabalho, saúde, dentre outros. Segundo Wacquant (2001), a marginalização e a exclusão social são elementos-chave que empurram indivíduos para a criminalidade como uma forma de resistência e sobrevivência frente às adversidades estruturais. Essas carências básicas predisõem o indivíduo a procurar alternativas para sua sobrevivência e se sentirem pertencentes em um grupo, mesmo sendo a criminalidade (Junior et al., 2017).

O tráfico de drogas, a prostituição por envolvimento com drogas e/ou por dependência química, desestruturação nas relações interpessoais, relações conjugais com um companheiro do crime, como também a desorganização familiar, a falta de orientação educacional e ocupacional, condições precárias de moradia e exclusão do mercado de trabalho e violência urbana, são elementos que influenciam desde cedo na trajetória de vida, tornando-se determinante para sua inserção na criminalidade e o aumento do encarceramento feminino (Bauman, 2001; Corrêa et al., 2020; Larroulet et al., 2020, CFP, 2021).

A falta de estrutura econômica, emocional e fatores educacionais, podem ser outro

fator que leva as mulheres a se envolvem com parceiros que são criminosos, muitas delas só descobrem o envolvimento do parceiro no crime depois do relacionamento ganhar seriedade (Junior et al., 2017).

Dessa forma, já estão envolvidas emocionalmente e sentem que o melhor a fazer é apoiar o parceiro, ocorrendo a entrada gradativa na criminalidade, ocupando o cargo de coadjuvante do crime, exercendo atividades como mulas do tráfico, com práticas criminosas que funcionam como complemento de renda (Silva, 2016; Alexandrer, 2017; Queiroz, 2015; Picolli & Tumelero, 2019).

Em situações em que seus parceiros são presos, a vida dessas mulheres torna-se mais caótica. Na prisão, esses vínculos são distorcidos, o que pode levar a sentimentos de insegurança e ansiedade entre os parceiros. McLeod et al. (2021) introduzem a noção de violência interpessoal como uma forma de controle coercitivo, utilizando a teoria do poder e controle para explicar como a dinâmica de dominação e violência emocional pode ser perpetuada nas relações afetadas pela prisão.

Além disso, a mulher muitas vezes assume o papel de chefe de família, sendo responsável pelo sustento dos filhos, porém enfrenta uma disparidade salarial em relação aos homens, o que aumenta a pressão financeira sobre elas. Essa situação tem contribuído para influenciá-las a entrar no crime ao longo dos anos. A prisão exclui principalmente grupos que já sofriam exclusão social, pois vivenciam a desigualdade social antes mesmo de serem presos (Calvo, 2017; Queiroz, 2015).

Diante disto, as questões econômicas e sociais perpassam em todas as esferas citadas acima e são potencializadas com a entrada das mulheres na criminalidade. Estudos nacionais e internacionais destacam as desigualdades de direitos fora e dentro do sistema prisional, ou seja, desigualdade que se perpetua extramuros e intramuros (Santos et al., 2020; Guetta, 2020; Cameron et al., 2022). Ao entrar na criminalidade, essas mulheres se percebem agindo em

situações de maiores riscos e tendo lucros bem menores do que os homens, exercendo funções bem mais inferiores, com uma ideia de submissão absoluta aos homens, contribuindo para uma subalternidade da mulher e superioridade do homem, que foi socialmente construída (Acosta et al., 2018; Garcia & Beiras, 2019; Madaloz, 2015; Davim, 2016; Larroulet, el al, 2020; Salisbury, 2017).

Há casos que a mulher ocupa a chefia do tráfico de drogas, mesmo que pouco comum. Mesmo assim, há uma continuidade de uma subordinação aos homens, e quando encarceradas, sofrem muito mais preconceito, como também o abandono familiar, devido aos estigmas atribuídos a mulher na sociedade. Então, quando essa mulher comete crimes e vai para prisão, ocorrem mais julgamentos, como se cometer um crime significasse quase uma traição ao feminino, cujo papel dela, deveria ser limitado aos cuidados do lar e maternidade, por se encontrar em um sistema que opera por meio de práticas machistas, classistas e racistas, que é uma extensão de uma estrutura social excludente e discriminatória, concedendo às mulheres presas peso maior em sua penalização (Cordeiro, 2017).

Os julgamentos a essas mulheres ocorrem por terem manifestado uma conduta ilegal, assim como pelo fato de terem apresentado um comportamento distinto do que é esperado pela sociedade para o seu papel de gênero (Chaves & Araujo, 2021). As teorias tradicionais na área da criminologia, especialmente do público feminino, demonstram que a prática criminosa das mulheres está fundada em estereótipos sexuais, como a ideia de que a mulher é um ser passivo, movido, sobretudo, pela emoção, e cujas prioridades são, naturalmente, a família, o marido e os filhos, com a construção de papéis ligados a comportamentos delicados, dóceis e passivos, como cuidadora da família (Barros, 2015; Pedrosa, 2012). Em consonância com estas ideias (Zancan & Habigzang, 2018), que contribuem para o conhecimento sobre os papéis sociais e que são determinantes para a diferenciação de gênero e contribuinte para as negligências sofridas pelas mulheres que tem comportamentos não

esperados socialmente.

As diferenças entre homens e mulheres privadas de liberdade são várias, visto que o sistema prisional foi feito e pensado para o gênero masculino. A começar pelo abandono sofrido por elas ao serem presas, enquanto a média das visitas realizadas por pessoa ao longo do semestre nos presídios masculinos é de 7,8. Em contrapartida, nas unidades femininas e mistas, essa média cai para 5,9 (INFOPEN,2022). A pesquisa de Gooch et al. (2022) destaca a invisibilidade das necessidades de cuidado das mulheres encarceradas, muitas vezes negligenciadas em um sistema projetado principalmente para homens. Esse abandono institucional contribui para o agravamento das condições de vida das mulheres nas prisões, exacerbando o isolamento e a solidão.

As mulheres dão mais importância aos relacionamentos durante o encarceramento, o que está relacionado ao ajustamento institucional, com o distanciamento de seus círculos familiares e de amizade, contribui para a diminuição das relações que nutria antes, tornando-a mais solitária e/ou agressiva, por não encontrar espaços de reconstrução e reconhecimento de sua própria identidade. O isolamento e a solidão decorrentes da ausência de contato com o mundo externo acarretam grande sentimento de rejeição, aumento da necessidade de aceitação e carência afetiva, como consequência um sofrimento existencial (Oliveira, 2007; Zettler, 2020).

De Claire et al. (2020) exploram como a manutenção de relacionamentos durante o encarceramento é crucial para o bem-estar emocional das detentas, apesar dos desafios substanciais. Esse ajustamento institucional é fundamental para mitigar os impactos negativos do isolamento e promover um ambiente mais humanizado dentro das prisões. Em alguns casos, as mulheres são abandonadas pelos seus companheiros, maridos e familiares, isso acontece por inúmeros fatores, sendo alguns deles o estigma social da mulher que comete um delito ou em razão dos companheiros estabeleceram novas relações afetivas com maior

rapidez (Calvo, 2017).

Turney et al. (2023) destacam que a rápida formação de novos relacionamentos afetivos pelos parceiros das mulheres encarceradas pode intensificar sentimentos de abandono e isolamento entre as detentas. Esse abandono não apenas afeta o bem-estar emocional, mas também pode ter implicações significativas para o ajustamento institucional e a reabilitação das mulheres privadas de liberdade. Portanto, políticas e intervenções voltadas para apoiar e manter conexões familiares e românticas durante o encarceramento são essenciais para melhorar os resultados para as mulheres encarceradas.

Diretamente relacionado com o campo das relações afetivas, assim como também, das relações afetivas sexuais, havendo uma diferença do papel de homem e mulher nessas relações. Outrora a união entre duas pessoas era chamada de casamento, em sua origem, mesmo com a diferenciação nas culturas dos países, seus objetivos eram os mesmos, a união entre duas pessoas, passando ser o único lugar legítimo para a sexualidade, mas não era vivida como lugar de prazer, sua função específica era a reprodução (Cunha & Silva, 2013).

O casamento e o amor, tal como conhecemos na atualidade, surgiu com o estabelecimento da ordem burguesa, a partir do século XVIII, identificando-se com a família conjugal moderna, que, embora preservando a desigualdade entre os cônjuges, se define como uma instituição voltada para o amor, e a sexualidade passou ocupar um lugar importante dentro do casamento. Com o passar dos anos, tiveram mudanças na forma de escolher o parceiro, envolvendo sentimentos e a prática sexual nas relações, não somente como objetivo de reprodução, mas se tratando de um fenômeno que visa prazer, bem-estar, valorização da autoestima e a busca de uma relação íntima, por meio da qual se compartilha o amor e o desejo pelo outro (Araújo, 2002; Ariés, 1981; Quinn-Nilas, 2019).

Mas mesmo com as mudanças nas formas de se relacionar e escolher o companheiro (a) o casamento na contemporaneidade teve suas bases estruturadas a partir de uma hierarquia

e de uma divisão sexual do trabalho, que demarcava nitidamente os espaços de gênero na esfera produtiva e impedia que a liberdade e igualdade de direitos fossem exercidas nas mesmas condições pelos dois sexos. Dividida em dois mundos: o feminino, da casa e do privado, em contraposição ao mundo masculino, da rua e do público. Com estigmas sobre a sexualidade da mulher, visto que ela não pode manifestar os mesmos desejos sexuais que os homens (Mayor et al., 2009; Cunha & Silva, 2013).

Rodrigues et al. (2008), falam que a sexualidade está diretamente ligada a qualidade de vida do sujeito, sendo uma o pilar da outra. É de vital importância para a manutenção das relações interpessoais saudáveis e proporciona uma cadeia de emoções positivas na vida do indivíduo. Porém, Foucault (1988) e mais recente Woolley e Macinko (2019) falam que as relações sexuais não são um fenômeno natural, ao contrário, podendo ser profundamente suscetível às influências sociais e culturais. Elas podem ser bloqueadas por forças externas advindas de discursos de pré-conceitos.

Assim, a sociedade e a cultura designam através de papéis e grupos de pessoas se determinadas práticas sexuais são apropriadas ou não, morais ou imorais, saudáveis ou doentias. A pesquisa de Aranda-Hughes et al. (2021) revela que a privação de liberdade intensifica as influências sociais e culturais negativas sobre a sexualidade das mulheres, criando um ambiente onde a repressão sexual e emocional é a norma. Isso pode levar ao desenvolvimento de "pseudofamílias" como formas de resistência e sobrevivência dentro das prisões.

Embora tenham ocorrido grandes transformações sobre as relações e sua configuração, para as mulheres ainda não foram erradicadas todas as desigualdades entre os sexos. Ao longo dos anos, perpetuou-se um modelo de sexualidade impregnada de tabus, mitos e preconceitos, para com o sexo feminino. Ao homem foi atribuído o papel de detentor do sexo, e para a mulher, o estigma assexual, estando ali apenas para satisfazer o desejo de seu companheiro

(Bernardino, 2011). Se tratando das mulheres privadas de liberdade, os pré-conceitos existentes são muitos, elas são vistas como não merecedoras de afeto, carinho e desejos sexuais, o que está relacionado alguns fatores, por exemplo: serem mulheres e terem cometido crimes. Desta forma, nota-se que a mulher ainda ocupa uma figura de diferença nas práticas sexuais, como se elas não tivessem as mesmas necessidades que os homens e que, pelo fato de estarem privadas de liberdade, não tem o direito de suprir suas necessidades sexuais (Vanzoline & Morata, 2020).

A manutenção dos vínculos afetivos dentro das prisões femininas ainda é muito cheio de estigma e preconceitos, apresentando muita dificuldade, mesmo com a lei de execução penal de 1984 (LEP), que deixa claro que todos os indivíduos têm direito a receber visitas dos seus familiares. Em relação à visita íntima, que só foi regulamentada em 1999, assegura-se o direito a visitas íntimas aos presos de ambos os sexos (Bassani, 2011; Lermen, 2021). Taxman e Smith (2021) destacam a importância de modelos de classificação como o *Risk-Need-Responsivity* (RNR) para adaptar intervenções às necessidades específicas dos presos, incluindo a facilitação de visitas íntimas. Essas visitas são fundamentais para manter a saúde emocional e psicológica dos detentos, contribuindo para a redução da reincidência e melhorando os resultados de reabilitação.

As mulheres privadas de liberdade têm o direito de terem relações amorosas sexuais, visto que não envolvem apenas os aspectos fisiológicos, como algo que dá sentido a existência humana, mas também corresponde a uma função vital do ser humano, com múltiplos fatores, tais como biológicos, psicológicos, sociais e culturais (Carpenedo, 2004).

Porém, ainda se observa a dificuldade de implementar os aspectos previstos em lei. Os motivos mais alegados são: a gravidez dentro da cadeia; as necessidades sexuais das mulheres são diferentes dos homens, ao defenderem que eles precisavam de mais relações sexuais, pois acalma, evitando rebeliões. Quando o homem é preso, os vínculos afetivos e sexuais são bens

diferentes, seus familiares e esposas acompanham desde o início da pena, ou iniciam relações durante a pena através de conhecidos nas visitas. Assim, a discrepância de gênero é bem perceptível quando se trata da mulher que cometeu crimes, evidenciando o frequente abandono vivenciado por elas, especialmente pelos seus parceiros/companheiros. Com sentimentos de angústia e frustração nos dias de visita para muitas mulheres em privação de liberdade (Basani, 2011; Brasil, 2008; Cúnico, 2019).

Muitas delas se relacionam entre si, mas sempre limitado ao contexto do confinamento e sem que isso implicasse que se identificassem como lésbicas. Barcinski (2012), usa o termo “homossexualidade situacional” para decifrar esse fenômeno (Galarza, 2008; Barcinski, 2012). Considerada como uma ruptura, portanto, a homossexualidade na prisão seria decorrente da privação de contatos heterossexuais e do abandono comumente experimentado pelos internos, em busca de afeto acabam se envolvendo emocionalmente.

As relações afetivas e sexuais desempenham um papel importante no contexto do sistema prisional nesse, apresentam valores de liberdade, autonomia, abundância e fuga da realidade. Valores que assumem uma força especial em um contexto caracterizado pela falta de liberdade, ausência de material emocional e uma realidade dolorosa, segundo a qual as pessoas são "condenadas" criminalmente, socialmente e subjetivamente (Calvo, 2017).

Segundo Bortolotto (2006), a visita serve para a manutenção dos vínculos da pessoa em privação de liberdade com o mundo externo, pois nota a representatividade que a visita tem para a mulher visitante do homem preso que passou à condição de “agente da libertação”, são também as responsáveis pelo exercício do afeto, seja pelo sexo, seja por um afago ou uma simples escuta.

Por se tratar de um contexto complexo e carregado de estereótipos a expressão textual “pessoas em privação de liberdade” é o termo encontrado nos sites oficiais do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da saúde, Departamento Penitenciário Nacional e nas

Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) no Sistema Prisional do Conselho Federal de Psicologia. Por isso, optou-se por essa nomenclatura a fim de designar as participantes da pesquisa.

Por fim, como elemento do “mundo da rua”, são desejadas não apenas pelos presos como pela própria instituição, que as vê como reativadoras de sociabilidade na comunidade carcerária, renovando traços de lucidez e civilidade no homem preso. Mas e para as mulheres privadas de liberdade, diante do exposto, argumenta-se: Como percebem as relações afetivas sexuais dentro do sistema carcerário? Qual a percepção da mulher privada de liberdade sobre a visita íntima no contexto da prisão? Qual o impacto da visita íntima na saúde emocional e mental delas?

A presente dissertação se encontra estruturada em dois estudos. O *Estudo 1* se trata de uma revisão de escopo que aborda as relações afetivas e o encarceramento feminino. Já o *Estudo 2* apresenta um estudo empírico que buscou averiguar as percepções das mulheres encarceradas sobre as relações afetivas sexuais dentro do contexto carcerário. Após os dois estudos, existe um tópico de considerações gerais da dissertação. A dissertação busca possibilitar a visibilidade destes atores sociais, na tentativa de ampliar a compreensão da vivência das relações afetivas sexuais da mulher privada de liberdade, que atravessa diferentes demandas e questões sociais.

Referências

- Acosta, D. F., Gomes, V. L. D. O., Oliveira, D. C. D., Marques, S. C., & Fonseca, A. D. D. (2018). Representações sociais de enfermeiras acerca da violência doméstica contra a mulher: estudo com abordagem estrutural. *Revista gaucha de enfermagem*, 39, e61308. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2018.61308>
- Alexandrér, M. (2017). *A Nova Segregação: racismo e encarceramento em massa*. Tradução Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo.
- Aranda-Hughes, V., Turanovic, J. J., Mears, D. P., & Pesta, G. B. (2021). Women in solitary confinement: Relationships, pseudofamilies, and the limits of control. *Feminist Criminology*, 16(1), 47-72.
- Araújo, M. D. F. (2002). Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. *Psicologia: ciência e profissão*, 22(2), 70-77. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932002000200009>
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família* (vol. 2). Livros técnicos e científicos editora.
- Barros, L. S. (2015). *Quem bate na mulher machuca a família inteira: violência de gênero a partir de narrativas de uma família*. Dissertação de mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE.
- Bernardino, E. (2011). *A sexualidade na terceira idade: o discurso social do suposto corpo assexuado*. [Monografia, graduação, Sociedade de Educação do Vale do Ipojuca].
- Bassani, F. (2011). Amor bandido: cartografia da mulher no universo prisional masculino. *DILEMAS-Revista de estudos de conflito e controle social*, 4(2), 261-280. <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7225/5813>
- Barcinski, M. (2012). Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se "transformar em homem" na prisão. *Psico-USF*, 17, 437-446.

- Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bortolotto, G. (2006). *Sistema prisional e segurança pública: Garantias e violação dos direitos humanos*. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. http://www.al.rs.gov.br/download/subsist_prisional/rel_final.pdf.
- Calvo, E. M. (2017). Explorando la agencia de las mujeres encarceladas a través de sus experiencias amorosas. *Papers: revista de sociologia*, 102(2), 0311-335. <https://doi.org/10.5565/rev/papers.2340>
- Cameron, E. C., Ray, J. M., Trend-Cunningham, F. J., & Jacquin, K. M. (2022). Female Incarceration Rates and Violence Against Women Predict Estimated Prevalence of Modern Slavery. *Trends in Psychology*, 1-16, 590-607.
- Chaves, L. H., & Araujo, I. C. (2021). Aprisionando mulheres em seus papéis de gênero: análise de uma prisão materno-infantil. *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, 11(2).
- Conselho federal de psicologia (2021). Referência técnicas para atuação de psicólogas (os) no sistema prisional. *Centro de referências técnica em psicologia e políticas públicas*. Crepop. Editora revisada.
- Cordeiro, F. (2017). Criminalidade, gênero e sexualidade em uma penitenciária para mulheres no Brasil: a study on gender and sexuality in a women's prison. *Trivium-Estudos Interdisciplinares*, 9(1), 1-15. <http://dx.doi.org/10.18379/2176-4891.2017v1p.1>
- Corrêa, M., Chaves, A. B. P., de Almeida, S. D. S., & Ramos, E. M. L. S. (2020). Mulheres na Prisão: dinâmica do encarceramento feminino na região metropolitana de Belém—Pará-Brasil. *Research, Society and Development*, 9(8). <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5980>.

- Cunha, T. R. A., & Silva, I. P. A. D. (2013). Casamento: representações, mudanças e permanências a partir do olhar feminino. *Santa Catarina: 10º Seminário Internacional Fazendo Gênero*.
- Cúnico, S. D., Strey, M. N., & Costa, A. B. (2019). Quem está no comando? Mulher de bandido e os paradoxos da submissão. *Revista Estudos Feministas*, 27(2), e54483. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254483>.
- Carpenedo, C., & Koller, S. H. (2004). Relações amorosas ao longo das décadas: um estudo de cartas de amor. *Interação em Psicologia*, 8(1), 1-13. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v8i1.3234>.
- Davim, B. K. G., & Lima, C. S. (2016). Criminalidade feminina: desestabilidade familiar e as várias faces do abandono. *Revista Transgressões*, 4(2), 138-157. <https://doi.org/10.21680/2318-0277.2016v4n2ID11791>.
- De Claire, K., Dixon, L., & Larkin, M. (2020). How prisoners and their partners experience the maintenance of their relationship during a prison sentence. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 30(3), 293-306.
- Departamento Penitenciário Nacional. (2022) *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN - junho de 2017*. 67 p. http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorio_2016_22-11.pdf
- Departamento Penitenciário Nacional. (2022) *Ministério da justiça e segurança pública- SISDEPEN- dezembro de 2022*. <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>
- Fair, H., & Walmsley, R. (2022). *World Female Imprisonment List* (5th ed.). Institute for Crime & Justice Policy Research, Birkbeck, University of London. Disponível em https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_imprisonment_list_5th_edition.pdf

- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. (13a ed.). Edições Graal Ltda.
- Garcia, A. L. C., & Beiras, A. (2019). A psicologia social no estudo de justificativas e narrativas de homens autores de violência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(2), e225647. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225647>.
- Galarza, M. L. E., & Luz, M. (2008). Identidades de género, feminismo, sexualidad y amor: Los cuerpos como agentes. *Política y sociedad*, 46(1), 27-41. <https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/POSO0909130027A>.
- Gooch, K., Masson, I., Owens, A., & Waddington, E. (2022). After care, after thought: The invisibility of care experienced men and women in prison. *Prison Service Journal*, 258(9), 4-12.
- Gusmão, M. A. D. J. X., Terças-Trettel, A. C. P., do Nascimento, V. F., Hattori, T. Y., Brescovit, L. E., Atanaka, M., & de Lemos, E. R. S. (2019). Dinâmicas sociais, familiares e vulnerabilidades de mulheres privadas de liberdade. *Saúde e Pesquisa*, 12(1), 159-168. <https://doi.org/10.17765/2176-9206.2019v12n1p159-168>.
- Gueta, K. (2020). Exploring the promise of intersectionality for promoting justice-involved women's health research and policy. *Health & justice*, 8(1), 19.
- Junior, L. F., de Farias, J. J., da Costa, R. F. R., & de Lima, F. S. (2017). La criminalidade no Brasil: avaliação do impacto dos investimentos públicos e dos fatores socioeconômicos. *Espacio abierto: cuaderno venezolano de sociología*, 26(2), 219-245.
- Lermen, H. S., & Silva, M. B. B. (2021). Crimes e cárceres femininos: Perspectivas de visitantes. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 14(2), 531-555. <https://doi.org/10.4322/dilemas.v14n2.34313>.

- Lima, M. D. (2006). *Da visita íntima à intimidade da visita: a mulher no sistema prisional*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo - SP. <https://doi.org/10.11606/D.6.2006.tde-24032008-085201>
- Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen Mulheres. (2022). (2a ed). *Ministério da Justiça*. http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopenmulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18. Pd
- Larroulet, P., Droppelmann, C., Del Villar, P., Daza, S., Figueroa, A., & Osorio, V. (2020). Who is transitioning out of prison? Characterising female offenders and their needs in Chile. *International Journal for Crime, Justice and Social Democracy*, 9(1), 112.
- Madaloz, R. F. (2007). *Dores no corpo e dores na alma*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí - RS <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/5004/Rog%20c3%a9ria%20Fatima%20Madaloz.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Mayor, S. A., Antunes, E. S. D. C., & Almeida, T. (2009, novembro 7). *O “devir” do amor e da sexualidade no processo do envelhecimento*. [Apresentação de pôster]. Em Anais da VII jornada APOIAR: saúde mental e enquadres grupais: a pesquisa e a clínica, São Paulo, SP, Brasil. <http://serefazer.psc.br/wp-content/uploads/2013/09/ANAIS-VII-Jornada-APOIAR-2009.pdf>
- Oliveira, A. P. G., & Cavalcanti, V. R. S. (2007). Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas. *Journal of Human Growth and Development*, 17(1), 39-51. <https://doi.org/10.7322/jhgd.19813>
- Pedrosa, R. M. (2012). *Mulheres criminosas: representações sociais sobre mulher e crime em dois jornais populares*. Dissertações de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em

- Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG. <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-96UGFW>
- Picolli, A. C. G., & Tumelero, S. M. (2019). Mulheres e seletividade penal: “raça” e classe no encarceramento feminino. *Temporalis*, 19(38), 196-211.
- Queiroz, N. (2015). *Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres-tratadas como homens nas prisões brasileiras*. Editora Record.
- Quinn-Nilas, C. (2019). Relationship and sexual satisfaction: A developmental perspective on bidirectionality. *Journal of social and Personal Relationships*, 37(2), 624-646. <https://doi.org/10.1177/0265407519899300>
- Rodrigues, P. C., Andrade, S. B. C., & Faro, A. C. M. (2008). Envelhecimento, sexualidade e qualidade de vida: revisão da literatura. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, 13(2), 205-220. <https://doi.org/10.22456/2316-2171.8079>
- Santos, I. G., da Silva, I. P., & Masullo, Y. A. G. (2020). Mulheres no cárcere: Uma revisão de literatura sobre a realidade das mulheres encarceradas. *Geopauta*, 4(3), 255-273. <https://doi.org/10.22481/rg.v4i3.6837>
- Silva, C. M. D. (2016). *O direito à saúde da mulher no sistema carcerário brasileiro*. <http://repositorio.asc.es.edu.br/handle/123456789/315>
- Salisbury, E. J., Boppre, S. K. B. B. Martínez, S. (2018) Expanding the Feminist Pathways Perspective beyond the United States: A Profile of Federal Women Prisoners in Argentina, 28:2, 125-151. <https://doi.org/10.1080/08974454.2017.1342745>
- Taxman, F. S., & Smith, L. (2021). Risk-need-responsivity (RNR) classification models: Still evolving. *Aggression and Violent Behavior*, 59, 101459.
- Turney, K., Malae, K. R., Christensen, M. A., & Halpern-Meehin, S. (2023). “Even though we're married, I'm single”: The meaning of jail incarceration in romantic relationships. *Criminology*, 61(4), 795-822.

- Vanzolini, M. P., & Morata, M. L. B. (2019). Mulheres invisíveis: a vinculação entre o maciço encarceramento provisório feminino e a " guerra às drogas" sob a ótica da vulnerabilidade de gênero. *Revista direito e justiça: reflexões sociojurídicas*, 20(36), 185-211. <http://dx.doi.org/10.31512/rdj.v20i36.3237>
- Wacquant, L. (2001). *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Woolley, N. O., & Macinko, J. (2019). Association between sociodemographic characteristics and sexual behaviors among a nationally representative sample of adolescent students in Brazil. *Cadernos de saúde pública*, 35, e00208517.
- Zancan, N., & Habigzang, L. F. (2018). Regulação emocional, sintomas de ansiedade e depressão em mulheres com histórico de violência conjugal. *Psico-USF*, 23, 253-265. <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230206>
- Zettler, RH (2020). A Experiência da Prisão Feminina. In: Hector, J. (eds) *Mulheres e Prisão*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-46172-0_5.

2 ESTUDO I - RELAÇÕES AFETIVAS E O ENCARCERAMENTO FEMININO: UMA REVISÃO DE ESCOPO

Resumo. A população carcerária do Brasil é a quarta maior do mundo, entre 2000 e 2016 o número de mulheres presas no Brasil aumentou em 656%. Esta revisão de escopo tem como objetivo realizar um levantamento de estudos sobre os relacionamentos amorosos de mulheres em situação de cárcere. A estrutura dessa revisão foi elaborada a partir do PRISMA-ScR e do manual de síntese de evidências do Joanna Briggs Institute. A busca foi realizada através o Periódico CAPES nas seguintes bases de dados: SciELO, LILACS, MEDLINE, CINAHL, SocIndex, com os descritores “mulheres”, “relacionamentos amorosos”. “sistema prisional”. No qual inicialmente foram rastreados 2126 estudos, que após o rastreio utilizando os critérios de elegibilidade pré-estabelecidos, resultou em uma amostra final de 21 estudos. Os relacionamentos amorosos em ambiente carcerário, assim como as visitas e laços afetivos fornecem um impacto positivo na saúde mental das mulheres encarceradas, podendo servir como um fator de estabilidade durante o período de detenção e podem influenciar positivamente na redução da reincidência, ao oferecer suporte e conexão com a comunidade fora dos muros da prisão. A realização desta revisão de escopo permitiu a obtenção de um panorama da discussão acerca da perda do vínculo afetivo em mulheres encarceradas, de modo a buscar suprir a lacuna sobre o tema na literatura.

Palavras-chave: Mulheres, relacionamentos amorosos, sistema prisional.

Abstract. Brazil's prison population is the fourth largest in the world, between 2000 and 2016 the number of women prisoners in Brazil increased by 656%. This scoping review aims to conduct a survey of studies on the romantic relationships of women in prison. The structure of this review was developed based on PRISMA-ScR and the Joanna Briggs Institute evidence synthesis manual. The search was carried out through the CAPES Periodical in the following databases: SciELO, LILACS, MEDLINE, CINAHL, SocIndex, with the descriptors “women”, “love relationships”. “prison system”. In which 2126 studies were initially screened, which after screening using the pre-established eligibility criteria, resulted in a final sample of 21 studies. Loving relationships in a prison environment, as well as visits and emotional bonds, provide a positive impact on the mental health of incarcerated women, can serve as a stability factor during the period of detention and can positively influence the reduction of recidivism, by offering support and connection with the community outside the prison walls. Carrying out this scoping review allowed us to obtain an overview of the discussion about the loss of emotional bonds in incarcerated women, in order to fill the gap on the topic in the literature.

Keywords: Women, romantic relationships, prison system.

2.1 Introdução

O número de pessoas privadas de liberdade no Brasil vem aumentando consideravelmente, sendo o quarto país com maior população carcerária do mundo, estando entre os países em 10 anos que mais encarceraram no planeta, conforme os dados do Levantamento de informações Penitenciárias (INFOPEN, 2018).

Outro aspecto observado é que as detenções femininas também apresentam um aumento recorrente. Entre 2000 e 2016, o número de mulheres presas no Brasil aumentou em 656%. Com a implementação da Lei nº 11.343/2006 (Lei de drogas), houve um aumento da população feminina presa, que somam 30.625 mulheres cumprindo pena, o que corresponde a cerca de 5% de toda a população carcerária do país. O Brasil possui a quarta maior população carcerária feminina do mundo, ficando atrás dos Estados Unidos, China e Rússia, que ocupam o primeiro, segundo e terceiro lugar, respectivamente (DEPEN, 2022).

Os estudos sobre as condições das mulheres privadas de liberdade ainda são poucos, visto que se considera recente o conhecimento da mulher que infringe a lei. Apenas no século XIX, mais designadamente em 1870, aparece em um Relatório do Conselho Penitenciário do Distrito Federal uma das primeiras indicações sobre mulheres presas. As chamadas casas de correção para mulheres passaram a existir na segunda metade do século XIX até então as presas eram mantidas em espaços concebidos especialmente para homens, o que causava inúmeros problemas para as próprias mulheres, a começar pelos abusos sexuais que eram frequentes. A iniciativa de criar centros de detenção femininos partiu da Igreja Católica, em razão da necessidade de reduzir os conflitos existentes no espaço de confinamento feminino (Silva et al., 2020).

A primeira penitenciária exclusiva para mulheres no Brasil foi sediada na cidade de São Paulo, no começo da década de 1940, em meio ao processo de formação da metrópole paulistana. Por mais de três décadas a instituição permaneceu sob o controle de um grupo

religioso, a Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor, onde o contato direto com as presas, desde o início, permaneceu a cargo das freiras e não de agentes penitenciários. Porém, a administração legal continuava submetida à Penitenciária do Estado, mas não havia agentes para lidar prontamente com as presas (Angotti & Salla, 2018). Mesmo na atualidade, com o crescente aumento de mulheres privadas de liberdade, quando comparado com o início, são poucas penitenciárias exclusivamente femininas, sendo na grande maioria mista, isto é, que recebe homens e mulheres, divididos apenas por corredores.

Assim como pouco espaço para esse público, são poucos os estudos sobre a mulher que comete crimes. Somente ao final do século XIX, surgiram alguns estudos, através da criminologia positivista, uma escola que se interessava inicialmente em compreender como e quais fatores levam um homem a cometer delitos; tais estudos se baseavam numa perspectiva biológica e padronizada, que posteriormente foram direcionados também para as práticas femininas. Esses estudos da criminologia positivista afirmaram que os delitos cometidos por mulheres poderiam ser considerados como resultado de falhas genéticas; acreditava-se que este era o principal fator, por achar que as mulheres seriam incapazes de ir contra as normas sociais (Oliveira, 2007).

Segundo o Departamento de informações penitenciárias (DEPEN, 2022) o tráfico de drogas é o delito que mais aprisiona mulheres, tendo em vista que 61,66 % delas foram condenadas ou respondem processos penais relacionados a esse crime. Os números crescentes de detenções femininas são, portanto, resultado do endurecimento de leis e ações de combate ao tráfico de drogas no país.

A entrada no mundo do crime dessa mulher ocorre, na maioria das vezes, pelo envolvimento no mundo das drogas, não relacionado às maiores redes de organizações criminosas; muitas ocupam uma posição coadjuvante no crime, realizando, em geral, serviços de transporte de drogas, pequeno comércio e algumas são usuárias. A maioria dessas

mulheres é responsável pelo sustento familiar. São mães (74%), jovens (50% têm entre 18 e 29 anos), negras (68%), de baixa escolaridade (50% das mulheres não concluíram o ensino fundamental), oriundas de estratos sociais desfavoráveis economicamente, com exercício de trabalhos informais e mal remunerados (Rita, 2021).

Existe uma perspectiva de escassez de estudos investigando as motivações que emergem para que mulheres cometam crimes e, tampouco são inseridos métodos de prevenção como busca de reduzir a criminalidade feminina (Scopella et al. 2021). O perfil epidemiológico de mulheres em situação de cárcere aponta que uma parte delas se tornaram infratoras devido a relações íntimas e afetivas com companheiros que já fazem/faziam parte do crime (Araújo & Chaves, 2021; Cúnico et al., 2019).

Nas últimas décadas tem sido notório nos registros o aumento da população carcerária feminina, tornando-se um fenômeno observado em todos os continentes: existem mais de 714 mil mulheres em prisões no mundo, o que representa um crescimento de 53% desde 2000 (Gusmão, 2019). Diante disto, a quantidade de vagas no sistema prisional não acompanhou o crescimento dessa fatia da população prisional (Lermem & Silva, 2021).

Apenas 7% dos estabelecimentos penais no Brasil são destinados exclusivamente às mulheres. Cerca de 17% das prisões destinadas a elas são mistas, ou seja, abrigam homens e mulheres, separados apenas por módulos, galerias ou celas. São meras adaptações ou adequações dos presídios masculinos, o que configura uma violação à Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984), que determina em seu artigo 82, §1º, que as mulheres deverão ser “recolhidas” em estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal (Depen, 2022). Lermem e Silva (2021) chamam atenção para o fato de que as instituições penais geralmente são construídas para custodiar pessoas do sexo masculino, raramente o sendo para pessoas do sexo feminino, o que torna agravante a situação, observando-se a negligência das necessidades delas.

Quando se estuda a realidade do cárcere percebe-se que, quando há a prisão de homens, as mulheres frequentemente assumem para si a responsabilidade de acompanhá-los durante o processo de encarceramento. Tal situação não se repete quando são elas que estão privadas de liberdade. Cerca de 62% das mulheres não recebem nenhum tipo de visita na prisão e 90% não recebem visitas íntimas, evidenciando o frequente abandono afetivo vivenciado por elas, especialmente pelos seus parceiros/companheiros (Cúnico et al., 2021).

De acordo com o Ministério da Justiça (2018), a média das visitas realizadas por pessoa ao longo do semestre nos presídios masculinos é de 7,8. Em contrapartida, nas unidades femininas e mistas, essa média cai para 5,9 por pessoa presa. A realidade feminina diferencia-se drasticamente da vivenciada pelos homens presos, notando-se uma assimetria que se desvela no campo do sexismo e se desdobra como fator preponderante no abandono afetivo experienciado pelas mulheres encarceradas.

Este abandono afetivo é evidenciado ao se falar sobre o papel da mulher na sociedade, em que seu lugar é de cuidado e não de ser cuidada. Há um modelo patriarcal em que indica que a posição social da mulher é estar ao lado do homem, cuidando e sendo subserviente (Cúnico et al. 2019). Este contexto pode ser visualizado quando um homem é preso, pois a mulher, na maioria das vezes, continua o assistindo e sendo presente, assumindo toda a responsabilidade do companheiro fora do sistema carcerário. Esta figura estereotipada do papel da mulher é, por vezes, a responsável pela manutenção desses papéis de subserviência (Bassani, 2011).

Quando se trata da mulher em situação de cárcere, há uma divergência com relação ao papel de cuidado, assumir responsabilidades e relações amorosas, em que a realidade é o abandono afetivo e perda do vínculo familiar (Ferreira & Fernandes, 2020). Seu lugar é rapidamente substituído, sua responsabilidade assumida por outra mulher e a solidão é que mais ganha espaço dentro das prisões; o que contribui para estas mulheres procurem

estabelecer laços afetivos e relações amorosas dentro do ambiente carcerário e, às vezes, com outras mulheres, como forma de se sentirem amadas, protegidas e cuidadas (Araújo & Chaves, 2021; Baptista-Silva et al., 2017).

Tomando como base as informações supracitadas fazem-se necessário verificar o que a literatura apresenta sobre essa relação e seus impactos, portanto, este estudo propõe realizar uma revisão de escopo com o objetivo de fazer um levantamento de estudos sobre os relacionamentos amorosos de mulheres em situação de cárcere, com a finalidade de responder a seguinte questão de pesquisa “A manutenção de relacionamentos amorosos no contexto de cárcere pode influenciar a comportamento da mulher encarcerada?”.

2.2 Método

2.2.1 Protocolo e registro

O presente estudo trata-se de uma revisão de escopo o qual teve seu protocolo registrado no *Open Science Framework*, podendo ser acessado através do DOI: <https://doi.org/10.17605/OSF.IO/8ZG5D>. A estrutura dessa revisão foi elaborada a partir do PRISMA-ScR (Tricco et al., 2018) e do manual de síntese de evidências do *Joanna Briggs Institute* (Peters et al., 2020).

2.2.2 Critérios de elegibilidade

Foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: estudos que abordassem vínculos afetivos amorosos, estudos que tinham como foco mulheres encarceradas, estudos publicados em português, inglês e espanhol, por fim, com o objetivo de ter uma perspectiva ampla da literatura, não foi definido um recorte temporal das publicações. Quanto aos critérios de exclusão consideraram a não inclusão de pesquisas duplicadas, que constasse apenas o resumo, que não estivesse disponíveis na íntegra, e estudos que não apresentassem

como foco uma análise da estrita relação dos termos mulheres encarceradas, prisão e vínculos amorosos.

2.2.3 Estratégia de busca

Através da formulação da questão de pesquisa utilizando a estratégia *Population* (ou *participants*), *Concept* e *Context* (PCC), foram definidos três conceitos chave que representam cada letra do acrônimo citado: P = Mulheres; C = Relacionamentos amorosos; C = Sistema prisional. Essa estratégia ajudou a formular a seguinte questão de pesquisa “A manutenção de relacionamentos amorosos no contexto de cárcere pode influenciar a comportamento da mulher encarcerada?”.

Utilizando os três conceitos pré-definidos foram identificados sinônimos a partir de termos DeCS/MeSH, também foi consultada a literatura a fim de rastrear expressões e palavras-chave que poderiam servir como descritores a compor a estratégia de busca. Assim, foram utilizados os seguintes conceitos e respectivos sinônimos (1) Relacionamentos amorosos: *intimate; conjugal; visit; “family visits”; family; relations; bonds; interpersonal*. (2) Sistema prisional: *prision; prisoners; private*. Mulheres: *feminine; woman; she; lady; female; women*.

Após a identificação dos termos e sinônimos mais adequados a proposta do estudo, foi elaborada uma *string* base com o uso de operadores booleanos (AND e OR) e truncamento de alguns descritores utilizando (*), formando a seguinte estratégia de busca: ("feminine" OR "woman" OR "she" OR "lady" OR "female" OR “women”) AND ("intimat*" OR "Conjugal*" OR "Visit*" OR "family visits" OR "Family" OR "bonds" OR interpersonal) AND ("prision" OR "prisoner*" OR "detained" OR “inmates” OR “detention” OR “detainees” OR “incarcerate*”).

2.2.4 Fontes de informação

Utilizando a *string* elaborada, foi realizado uma busca em 25/07/2023 nas seguintes bases de dados: SciELO, LILACS, MEDLINE, CINAHL, SocIndex. Objetivando a precisão no rastreio dos estudos, foi aplicado um filtro de busca restringindo o rastreio apenas aos títulos e resumos dos estudos, pois as buscas realizadas sem filtros estavam inflando os resultados dos rastreios com estudos que não se adequavam ao escopo deste estudo.

2.2.5 Seleção dos estudos

O processo de rastreio dos estudos foi realizado através da web *software* Rayyan. Através desta plataforma de revisão de literatura foi construído um banco de dados de artigos no qual foram removidos os estudos duplicados e elaboradas as estratégias de leitura dos metadados exportados das bases supracitadas.

Primeiramente foram rastreados os estudos através da leitura de títulos e resumos, em seguida, os estudos rastreados foram destacados para uma etapa de identificação dos que estavam disponíveis na íntegra e leitura completa dos estudos com o objetivo de verificar sua completa adequação aos critérios de elegibilidade pré-estabelecidos, o processo de rastreio pode ser mais bem observado na Figura 1 a partir da ilustração do fluxograma PRISMA.

2.2.6 Extração dos dados

Visando realizar uma síntese narrativa dos resultados, os dados referentes a: área do conhecimento, período da publicação dos estudos, autores, delineamento e resultados, foram tabulados e apresentados na Tabela 1; Figura 2; Tabela 2.

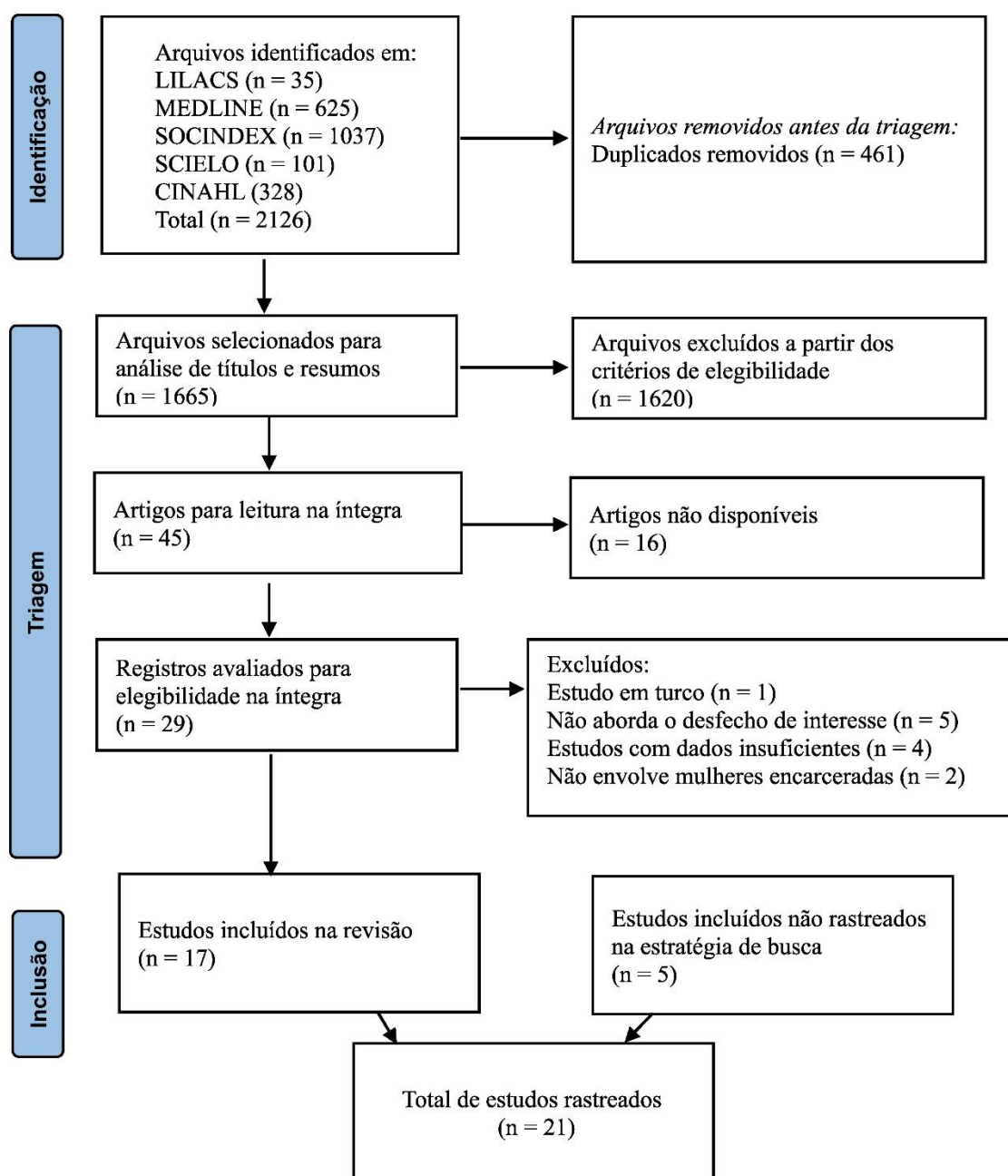
2.3 Resultados

Na figura 1 é apresentado o fluxograma de identificação e seleção dos artigos para

revisão de escopo sobre a perda das relações afetivas em mulheres encarceradas. No qual inicialmente foram rastreados 2126 estudos, que após o rastreio utilizando os critérios de elegibilidade pré-estabelecidos, resultou em uma amostra final de 21 estudos.

Figura 1

Fluxograma da seleção de artigos



2.3.1 Caracterização dos estudos

Abaixo é apresentada a Tabela 1, em que os artigos são agrupados por área de conhecimento.

Tabela 1

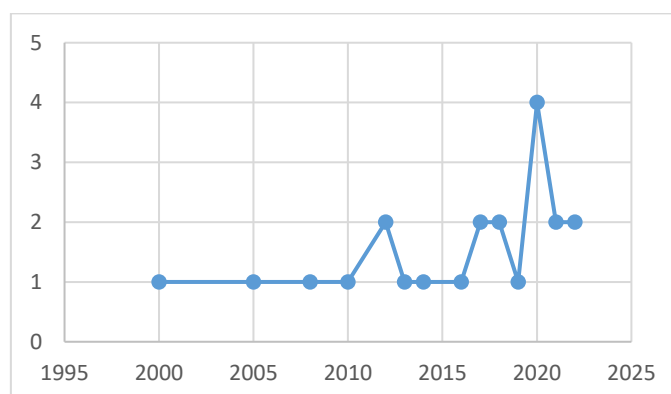
Caracterização das Áreas de Conhecimento dos Artigos

Psicologia	Direito	Sociologia ou Antropologia	Medicina ou Enfermagem
Santos e Rios (2018)	Krahn et al. (2020)	Araújo e Chaves (2021)	Fernandes e Ferreira (2020)
Baranauskienė e Leonova (2020)		Greer (2000)	Nicolau et al. (2012)
Cordeiro (2017)		Konaté (2013)	Santos et al. (2017)
Pinto e Oliveira (2020)		Severance (2005)	Baltieri (2014)
Jólluskin et al. (2022)		Chaves e Ribeiro (2021)	
Einat e Rabinovitz (2012)		Carcedo et al. (2008)	
Figueiredo et al. (2022)		Rojas-Cavanzo e Benkelfat-Perafán (2016)	
		Santos (2019)	

Se tratando das áreas de especialização, os estudos elegíveis para a construção do artigo foram selecionados a partir de revistas relacionadas com a área de psicologia (n = 7), direito (n = 1), sociologia ou antropologia (n = 8) e medicina ou enfermagem (n = 4). Na Figura 2 é apresentada a distribuição das publicações em relação ao ano.

Figura 2

Anos dos Artigos Incluídos



Levando em consideração os anos de publicação dos artigos incluídos o ano de 2020 corresponde ao ano com o maior número de publicações.

No delineamento do estudo destaca-se a prevalência de estudos nas áreas de Psicologia, Medicina, Enfermagem, Direito, Sociologia e Antropologia, sendo em maioria de abordagem qualitativa (Einat & Rabinovitz, 2012; Figueiredo et al., 2022; Greer, 2000; Jólluskin et al., 2022; Konaté, 2013; Pinto & Oliveira, 2020; Rojas-Cavanzo & Benkelfat-Perafán, 2016; Santos, 2017; Santos, 2019; Severance, 2005) 11 estudos, seguido dos estudos quantitativos de (Baltieri, 2014; Baranauskienė & Leonova, 2020; Carcedo et al., 2008; Ferreira & Fernandes, 2020; Nicolau et al., 2012), também foram identificadas pesquisas etnográficas (Cordeiro, 2017; Santos & Rios, 2018), e dois estudos mistos de abordagem quanti-quali (Araújo & Chaves, 2021; Chaves & Ribeiro, 2021; Krahn et al., 2020). Todas as participantes dos estudos quantitativos e qualitativos foram detentas de unidades prisionais.

Os dados extraídos dos artigos foram agrupados na tabela 2, que indica número, autor e ano, objetivo, delineamento e os resultados.

Tabela 2

Caracterização dos artigos selecionados para análise

Autor e Ano	Objetivo	Delineamento	Resultados
Collica et al. (2010)	Descobrir se os programas de pares de HIV poderiam afetar o processo de desistência criminal e modificação de comportamento para presidiárias, influenciando o ajuste na prisão, as infrações disciplinares na prisão e o ajuste pós-libertação.	Este estudo exploratório, baseado nas narrativas de 49 mulheres infratoras	O autor descobriu que tais programas forneciam liderança, apoio e orientação para mulheres infratoras e não apenas criavam um ambiente pró-social, mas formavam uma comunidade inteira.
Baranauskienė et al. (2020)	Identificar fatores que influenciam o surgimento da solidão em mulheres presas.	Estudo transversal de abordagem quantitativa	Os resultados obtidos no estudo indicam que as mulheres em instituições penitenciárias apresentavam um sentimento de solidão bastante acentuado, o que afetava a sua esfera pessoal (família, parcerias e amigos) e social (meio ambiente).
Nicolau et al. (2012)	Investigar o perfil socioeconômico e sexual de presidiárias.	Estudo transversal de abordagem quantitativa	A maioria das jovens brasileiras era solteira com baixa escolaridade e renda familiar mensal, reclusas por tráfico de drogas. Coitarca precoce, estabilidade e pouca variedade de parceiros sexuais.
Santos (2019)	Etnografar os relacionamentos amorosos entre as internas da Prisão Feminina do Complexo Penal Dr. João Chaves.	Pesquisa de campo de abordagem qualitativa.	Os resultados apontam que é possível entender, até certo ponto, como as regras institucionais moldam os relacionamentos amorosos dentro de um estabelecimento penal, uma vez que esses relacionamentos são uma das principais formas de resistência aos constantes ataques à sua identidade.
Santos e Rios (2018)	Compreender como mulheres encarceradas localizam suas experiências afetivas e sexuais em meio aos procedimentos disciplinares que regulam suas vidas no cotidiano da prisão.	Pesquisa etnográfica.	Os resultados encontrados apontam para modos heterogêneos de se vivenciar desejos, prazeres e corporalidades na realidade carcerária, materializadas através das visitas íntimas, da troca de cartas e mensagens, da constituição de relacionamentos entre as internas, dos novos arranjos familiares que ali se desenhavam. As sexualidades são, portanto, importantes fios de resistência aos efeitos mortificadores que o cárcere coloca sobre suas trajetórias de vida.
Cordeiro (2017)	Compreender de que forma as práticas, disciplinares institucionais se constroem e reconstróem em meio a uma teia de relações sociais que constituem vida cotidiana na prisão, bem como seus efeitos sobre as formas como a sexualidade é vivenciada pelas internas.	Estudo etnográfico	Relações amorosas na prisão envolvem um processo mais amplo de adaptação à vida institucional da possibilidade de inserção social nesse universo e um meio de adquirir status e tentar aliviar a incerteza quanto ao futuro.

Greer (2000)	Verificar a estabilidade das relações das mulheres encarceradas	Estudo transversal de abordagem qualitativa	As influências que os presos e as prisioneiras trazem consigo, para a instituição correcional são agora consideradas mais significativas do que as privações indígenas associadas às prisões. Tais influências sociais contribuíram para o desaparecimento de uma subcultura prisional singular.
Araújo e Chaves (2021)	Analisar os resultados qualitativos e quantitativos de uma pesquisa realizada durante os anos de 2017 e 2018 nas duas unidades prisionais exclusivamente femininas da Região Metropolitana de Belo Horizonte.	Pesquisa de campo quantitativa e qualitativa.	Os resultados mostram que os tradicionais papéis de gênero ainda regem, em grande medida, as prisões femininas de Minas Gerais, dado o esforço para enquadrar as mulheres privadas de liberdade nessas expectativas sociais.
Rojas-Cavanzo e Benkelfat-Perafán (2016)	Caracterizar a percepção que um grupo de mulheres internadas no Centro de Detenção Feminina, próximas de serem libertadas, tinha sobre a dinâmica relacional da sua família de origem e da família de escolha.	Pesquisa transversal com abordagem qualitativa	O confinamento na prisão acentua a crise familiar porque se trata de famílias com recursos económicos limitados. O confinamento é um fenómeno que transcende o ambiente familiar e prisional, devendo ser considerado como questão de interesse das políticas sociais de apoio à população carcerária.
Ferreira e Fernandes (2020)	Identificar o perfil social, hábitos de vida de mulheres detentas; identificar a Qualidade de Vida-QV dessas mulheres e associá-la às variáveis do perfil social.	Pesquisa transversal, correlacional, de campo, com abordagem quantitativa.	A média dos escores da Qualidade de Vida Geral das detentas foi baixa (46), o domínio com maior média foi o Físico e o menor o Meio Ambiente. Houve associação entre a QV e a avaliação ruim / péssima da saúde, em todos os domínios.
Konate (2013)	Primeiro, fornecer um contexto histórico sobre as mulheres e as prisões no Senegal pós-colonial; segundo delinear as áreas problemáticas no impacto do encarceramento de mulheres infratoras nas suas famílias e, terceiro, discutir a redefinição das relações familiares num contexto de sobrevivência ou acomodação da vida prisional.	Pesquisa transversal com abordagem qualitativa	A abordagem às mulheres reclusas trouxe à luz a realidade da vida prisional no Senegal, em particular, como os vários níveis de monitorização, supervisão e regulação afetam as vidas individuais de formas ambíguas e contraditórias. Mais importante, porém, foi como a vida atrás das grades impactou profundamente as relações familiares em diferentes níveis. O casamento e os filhos foram os que mais sofreram, levando à ruptura e perda familiar.

Einat e Rabinovitz (2012)	Identificar e analisar as atitudes das presidiárias em relação às visitas conjugais, descrever a dinâmica das visitas conjugais e examinar o significado dos programas de visitação conjugal para os participantes.	Estudo transversal de abordagem qualitativa	As conclusões deste estudo revelam que (a) as reclusas percebem as visitas conjugais como um programa significativo e positivo na prisão, (b) estas visitas aliviam as suas dores de prisão e ajudam a fortalecer as suas relações com os seus parceiros, e (c), no entanto, os internos expressam algumas críticas ao mau estado das instalações de visitação e à sua manutenção insatisfatória, alegando que tais condições limitam a sua capacidade de sentir e agir livremente durante as reuniões.
Carcedo et al. (2008)	Investigar as diferenças de gênero no estado de necessidades interpessoais e na saúde psicológica de presidiários do sexo masculino e feminino que vivem na mesma prisão.	Estudo transversal de abordagem quantitativa	Estes resultados sugerem a importância do estado das necessidades interpessoais dos reclusos na promoção da saúde psicológica no contexto da prisão, onde estas necessidades são geralmente difíceis de serem satisfeitas. Tornar possíveis contatos entre reclusos e reclusas que se encontram na mesma prisão poderão ajudá-los a satisfazer melhor algumas das suas necessidades interpessoais, especialmente aquelas relacionadas com a sua vida sexual.
Chaves e Ribeiro (2021)	Analisar os efeitos do encarceramento feminino nas dinâmicas familiares a partir da perspectiva de mulheres privadas de liberdade	Estudo transversal de abordagem quantitativa e qualitativa	Os dados coletados na piep, por meio do inquérito realizado com mulheres privadas de liberdade, indicam que a reclusão feminina tende a agravar as posições de vulnerabilidade social e instabilidade econômica, afetando aqueles que dependiam diretamente da renda e dos cuidados das reclusas.
Severance (2005)	Examinar laços de amizade e conhecimento menos íntimos e sua utilidade para o enfrentamento e adaptação dos presidiários.	Estudo transversal de abordagem qualitativa	Quando as mulheres vão para a prisão, deixam para trás as pessoas que constituem as suas redes de apoio social – filhos, família, outras pessoas significativas e amigos da cidade natal. Eles devem navegar em seu próprio caminho e ajustar-se às tensões do ambiente sem o apoio que esses indivíduos possam fornecer. Após o encarceramento, os presos descobrem em quem podem contar e em quem não podem durante esse período de necessidade.
Krahn et al. (2020)	Compreender como é garantido (ou não) o direito à visita conjugal, as percepções sobre esse direito, as dificuldades para seu cumprimento e as intersecções com estratégias de controle corporal e sexualidade de mulheres adultas e adolescentes privadas de liberdade.	Trata-se de pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa e quantitativa.	O resultado mais relevante foi apresentar um breve panorama da visitação conjugal de adolescentes, jovens e mulheres adultas em contextos de privação de liberdade, e com isso provocar uma agenda de pesquisas nos sistemas prisional e socioeducativo.
Pinto e Oliveira (2020)	Compreender a adaptação à prisão de reclusas e analisar as suas atitudes e percepções sobre a influência das visitas íntimas neste processo.	Estudo transversal de abordagem qualitativa	Os resultados sugerem que a dificuldade das reclusas em adaptar-se ao ambiente prisional está diretamente relacionada com a falta de apoio de outras pessoas significativas fora da prisão. Assim, o stress vivido na

			prisão é relatado como maioritariamente provocado pelas dores de prisão, as quais surgem associadas à falta de apoio social dos membros da família em geral e ao afastamento dos filhos em particular, dificultando a sua adaptação. Para lidar com estes constrangimentos e atenuar estas dores de prisão, as reclusas adotam várias estratégias, as quais passam por ter uma atividade satisfatória intramuros de modo a assumir novas rotinas.
Jólluskin et al. (2022)	Caraterizar a percepção das mulheres em reclusão sobre o papel que as visitas desempenham durante o cumprimento da pena	Estudo transversal de abordagem qualitativa	Os resultados mostram que para as mulheres, as visitas são fundamentais para expressar afetos e para proporcionar a oportunidade de tomar conhecimento de notícias sobre os seus familiares e amigos, manifestando as dificuldades que supõe o afastamento da família.
Baltieri (2014)	Avaliar o funcionamento sexual de mulheres encarceradas e determinar as características psicométricas e sociodemográficas possivelmente relacionadas ao risco de disfunção sexual.	Estudo transversal de abordagem quantitativa	As mulheres encarceradas são particularmente vulneráveis porque muitas vezes têm histórias de privação e violência decorrentes de múltiplas fontes e experimentam sintomas psicológicos consideráveis como consequência da prisão. Dado que a população afectada raramente recebe tratamento psicossocial para a disfunção sexual, os esforços de prestação de serviços devem ser intensificados para atingir esta população de alto risco.
Figueiredo et al. (2022)	Discutir os relacionamentos afetivo-sexuais de mulheres aprisionadas a partir de seis estudos de caso com reclusas em um presídio misto brasileiro de pequeno porte.	Estudo transversal de abordagem qualitativa	Em todos os casos analisados, aspiram reiterar a função do ser mulher por meio da constituição de uma família para a obtenção do reconhecimento enquanto sujeito. Evidenciou-se a necessidade de questionamento das normativas sociais de gênero, das restrições ao contato impostas nas prisões e da atual política de encarceramento brasileira.
Santos et al. (2017)	Identificar os fatores relacionados à saúde mental de mulheres em um presídio do Estado do Rio de Janeiro.	Estudo descritivo, exploratório, qualitativo	Foram identificados os seguintes fatores que afetam a saúde mental das mulheres privadas de liberdade: ansiedade, estresse, depressão, alteração do padrão de sono, uso indevido de medicação psicotrópica, abstinência sexual, interrupção das relações familiares, além das precárias condições de confinamento.

Na maioria dos estudos analisados, a perda dos vínculos afetivos surge como uma relação direta com as desigualdades de gênero nas relações intramuros, em que se nota a demanda social de abandono de mulheres em situação de cárcere por seus companheiros e familiares, como se pode ver nos estudos descritos (Figueiredo et al., 2022; Santos et al., 2017). O fenômeno do encarceramento e as questões de desigualdade entre homens e mulheres é algo recorrente, visto que as mulheres sofrem mais negligência dentro do sistema prisional, a começar pela perda dos vínculos afetivos, devido ao papel social que a mulher ocupa (Araújo & Chaves, 2021).

A perda das relações amorosas também é comum, não acontecendo o mesmo quando os homens são presos, pois a mulher continua mantendo a relação, passando a frequentar a penitenciária para ver seu companheiro, o que é diferente das mulheres privadas de liberdade, que pouco recebe visita (Greer, 2000; Rojas-Cavano & Benkelfat-Perafán, 2016). As mulheres privadas de liberdade geralmente vêm de um ambiente econômico e socialmente desfavorecido, experimentam maiores problemas de saúde física e mental e têm mais necessidades em contraste com os detentos do sexo masculino, bem como com a população em geral (Baltieri, 2014; Jóluskin et al., 2022).

As relações afetivas amorosas que existem dentro do cárcere são exemplificadas como novas configurações das relações, que acabam emergindo através da necessidade de manter uma rede de apoio dentro desses espaços, como forma de manter a qualidade de vida ao se sentirem amadas, protegidas e cuidadas (Konaté, 2013). Porém, nota-se a diferença praticada pela administração das penitenciárias, não considerando da mesma forma a necessidade dos vínculos afetivos dessas mulheres, mesmo privadas de liberdade, o que torna mais dificultoso o processo das visitas (Carcedo et al., 2008; Figueiredo et al., 2022). Outra observação é a falta de estrutura, que junto ao ponto anterior, acarretam um maior índice de solidão e abandono afetivo, dentro do contexto familiar e amoroso (Baranauskienė & Leonova, 2020).

Segundo Araújo e Chaves (2021), Krahn et al. (2020) e Silva et al. (2017) os pré-conceitos existentes a esse público são muitos, tendo em vista que é como se as mulheres não tivessem as mesmas necessidades que os homens, de amor e carinho, que existem diferentes modos de punição relacionados aos padrões das relações sociais de gênero. Uma dessas diferenciações é a forma como se é estabelecido os vínculos das mulheres em privação de liberdade, no qual o sistema prisional não cria regras efetivas para o funcionamento da visita íntima feminina, sendo o sexo um direito do homem nos presídios do Brasil e para a mulher é visto como “privilegio” (Carcedo et al., 2008; Nicolau et al., 2012). Para as relações homoafetivas os entraves são ainda maiores, e todos esses fatores contribuem para que os relacionamentos externos das detentas enfraqueçam e que o período de cumprimento de pena seja mais difícil (Collica et al., 2010).

As relações afetivas compõem as estruturas psíquicas de uma pessoa, pois amar e ser amado é uma das prioridades da escala de necessidades que precisa ser suprida para sentir-se realizado e satisfeito depois da sobrevivência, das necessidades básicas (Carcedo et al., 2008). O acesso ao direito de se relacionar contribui para a ressocialização, para reinserção social e funciona como estratégia de enfrentamento para o sofrimento de estar privada de liberdade (Einat & Rabinovitz, 2012). Verifica-se que a manutenção das relações conjugais auxilia no suporte e reinserção social dessas presas, produz efeitos positivos e normalizadores que podem ser identificados tanto durante, quanto após o encarceramento (Jólluskin et al., 2022; Severance, 2005).

Outra perspectiva de compreensão é a apresentada por Cordeiro (2017), que afirma que as relações amorosas na prisão envolvem um processo mais amplo de adaptação à vida institucional, de possibilidade de inserção social nesse universo, é um meio de adquirir status e tentar aliviar a incerteza quanto ao futuro. Greer (2000), indica que a influência social pré-cárcere prevalece no ambiente privativo, diminuindo as chances do surgimento de uma

subcultura prisional.

Araújo e Chaves (2021) comentam sobre a negligência em relação às prisões femininas, o qual destacam que ocorre por dois motivos: o primeiro relaciona-se com a quantidade relativamente baixa de mulheres presas, em comparação com os homens, o que resulta em uma quantidade menor de presídios femininos e, muitas vezes, obriga as mulheres a ficarem distantes de suas cidades de origem. Consequentemente, as famílias precisam se deslocar por grandes distâncias e muitas não têm condições financeiras para tal.

O segundo é relacionado às questões de gênero, pois a mulher transgressora é vista como merecedora de dupla punição, pelo delito em si e o crime de não cumprir seu papel social. Assim, a mulher presa continua estigmatizada, socialmente e até mesmo pela família, cumprindo sua pena tanto no setor penal, quanto moral, partindo do pressuposto que, ao cometer um crime, esta viola seu lugar (posição) na sociedade de subalterna ao poder masculino (Araújo & Chaves, 2021; Pinto & Oliveira, 2020).

Mesmo havendo menos mulheres encarceradas comparadas a quantidade de homem, as penitenciárias femininas sofrem com variados tipos de problemas, como a superlotação, a dificuldade na manutenção das visitas, a falta de higiene e, principalmente, do apoio dos gerentes das unidades na manutenção da qualidade de vida dessas detentas (Chaves & Ribeiro, 2021). Por vezes a situação carcerária torna-se ainda mais complexa em decorrência dos tradicionais papéis de gênero atribuídos socialmente, principalmente sobre relacionamentos amorosos (Araújo & Chaves, 2021).

As consequências da perda do vínculo afetivo para mulheres em situação de cárcere apontadas por, Araújo e Chaves (2021), Cordeiro (2017), Ferreira e Fernandes (2019), Oliveira et al. (2018), Santos (2019), Santos e Rios (2019) são: o não reconhecimento da subjetividade das pessoas, que perde sua individualidade quando passa a ser um número, uma matrícula, um fardamento. Carcedo et al. (2008), reafirmam a importância do bem-estar

emocional das detentas, o qual manter a saúde mental através de vínculos afetivos em ambientes carcerários pode suprir essas necessidades que normalmente são desafiadoras.

Percebe-se ainda que no universo prisional as mulheres podem viver sua sexualidade da forma que lhes aprouver, sem enfrentar repressão social, isto porque o confinamento com pessoas do mesmo sexo, a falta de carinho e da presença masculina e o abandono afetivo dos familiares impõem de forma autocrática a homossexualidade no repertório sexual das mulheres presas (Cordeiro, 2017; Santos & Rios, 2018).

2.4 Discussão

Buscando responder à questão “Os relacionamentos amorosos durante o cárcere podem influenciar positivamente no comportamento de mulheres em situação de cárcere?”. Como observado, diferentes temas estão relacionados à questão norteadora, como aspectos relacionados a visitas íntimas, solidão, abandono parental, negligência institucional, e a influência de normas sociais conservadoras em ambiente prisional feminino. Foi possível observar que os estudos rastreados representaram diferentes áreas de conhecimento científico.

Alves (2019) argumenta que a ausência das visitas íntimas e privadas no sistema prisional feminino não é apenas uma questão de carência emocional, mas sim de uma desigualdade de gênero na qual as mulheres são impostas a um sistema penitenciário feito para homens, o qual exerce uma dupla violação de direitos humanos das mulheres em situação de cárcere. Além disto, Leal (2019) mostra que o abandono afetivo perdura após a pena, pois elas encontram dificuldades em recomeçar a vida sozinhas após o período de cárcere e acabam voltando para o presídio, contribuindo para o sofrimento destas.

A perda do vínculo afetivo se institui dentro das prisões por haver todo um estigma social no papel da mulher na sociedade (Araújo & Chaves, 2021; Pinto & Oliveira, 2020). Segundo Leal (2019), a privação de liberdade interfere de forma significativa nas relações

afetivas das mulheres apenadas, visto que esse estigma ocorre quando elas agem diferente do que é esperado socialmente. Santos e Silva (2019); Milione e Geitona (2017), em concordância com os autores acima, afirmam que a mulher que vai contra as normas sociais se apropria de uma posição ativa e, protagonista desse cenário que rompe com o seu lugar social, tem como resposta não apenas o aprisionamento em si, mas a violência multifacetada que se direciona ao seu gênero, marcada por abandono e negligência dentro das prisões e na manutenção dos vínculos afetivos como um todo.

A diferença entre as penitenciárias masculinas e femininas percebe-se nas filas para as visitas no presídio masculino, geralmente são longas e cheias de mulheres e crianças com sacolas abarrotadas de alimentos. Algumas mulheres chegam até mesmo a passar a noite, que antecede a visita, em barracas em frente ao presídio para garantir a prioridade no atendimento e na revista, tendo mais tempo para desfrutar com o ente querido que está apenado, aspecto que não se observa em presídios femininos (Carcedo et al., 2008).

A partir dos resultados é possível ter uma noção de como ocorrem as relações afetivas das mulheres em encarceramento, assim como ter conhecimento das maiores dificuldades encontradas, compreender como elas lidam com as perdas desses vínculos e identificar estratégias utilizadas por elas para lidar com esse fenômeno. Dentre os achados, as consequências afetivas e sociais para estas mulheres que, por vezes, são abandonadas dentro destes espaços e precisam recomeçar a vida a partir de novos vínculos estabelecidos dentro deles, foi o processo que mais impactou a percepção do cárcere (Jólluskin et al., 2022; Karlsson & Zielinski, 2020; Severance, 2005).

Assim, entende-se que as relações afetivas são fundamentais a ressocialização, proteção e rede de apoio destas mulheres, sendo fundamental para a interna conseguir cumprir sua pena de forma mais amena (Baltieri, 2014; Cordeiro, 2017; Jólluskin et al., 2022). Uma vez que na manutenção dessas relações, as mulheres em situação de cárcere alimentam uma

rede de apoio e proteção entre si (Leal, 2019). Os resultados apontam que a privação de liberdade interfere de forma significativa nas relações amorosas das mulheres apenadas, no qual a literatura aponta que há um estigma social relacionado à mulher presa (Baranauskienė & Leonova, 2020; Peart & Knittel, 2020).

A presença de visitantes nas prisões contribui para a redução nos sintomas de depressão entre mulheres e adolescentes detidas, além de indícios de diminuição nos comportamentos transgressores (De Claire & Dixon, 2017). Sugerindo que essas visitas estão associadas à redução da reincidência e ao aumento da reintegração positiva na comunidade.

Em uma perspectiva de cultura patriarcal, as mulheres presas são taxadas de irresponsáveis e inconsequentes, pois, ao praticarem delitos, não teriam pensado nos filhos e na família (Paynter et al., 2020). Assim, as mulheres recebem menos visitas e em geral são abandonadas pelo companheiro e muitas vezes também pela família, o que contribui para que se relacionem amorosamente com colegas de cela ou pessoas que conheceram no cárcere (Karlsson & Zielinski, 2020; Severance, 2005; Titterton et al., 2019).

Mahaffey e Stevens-Watkins (2016) consideram que as dificuldades sociais e de gênero corroboram para esse cenário; há uma forte tentativa da instituição carcerária de impelir o seu poder a estas mulheres, de maneira que não somente as façam cumprir as suas penas pelos crimes cometidos, como também por se instaurarem como representantes do gênero a que pertencem. Galarza (2009) complementa que a orientação sexual não poderia ser tomada como uma identidade fixa, mas como forma de ser. Seria um processo dinâmico que poderia ser construído e modificado, dentro de estruturas e contextos.

Ainda sobre as visitas, no contexto brasileiro, a visita é um direito estabelecido na Lei de Execução Penal (Lei 7.210, de 11 de julho de 1984), que garante ao encarcerado, independentemente do sexo, a visita do cônjuge, companheiro, parentes e amigos em determinados dias; embora a visita conjugal, entendida como a possibilidade de promover

encontros privados, com preservação da intimidade e relações sexuais, continue sem regulamentação legal específica em nível nacional.

É importante reforçar que o ambiente penitenciário surgiu para ressocializar, como pensado na criação do Código Penal Brasileiro, no qual o Brasil adotou o sistema irlandês de progressão, aquele que tem por objetivo a regeneração e ressocialização (Castro, 2019; Diuana, 2019). Em 1999, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) publicou uma resolução recomendando as regras para garantir e operacionalizar as visitas conjugais às Delegacias Penitenciárias Estaduais para homens e mulheres, bem como garantir a possibilidade de encontros íntimos entre presos(as).

Ressalta-se que como qualquer outro estudo, a presente revisão também apresenta limitações. Por se tratar de uma revisão de escopo não houve uma avaliação do risco de viés dos estudos rastreados, assim como o caráter transversal da maioria dos estudos implica em um menor nível de evidência. Outra limitação diz respeito ao rastreio dos estudos, no qual foram realizadas em base dados em português, inglês e espanhol, ficando de fora estudos em outros idiomas que pudessem vir a ser rastreados.

2.5 Considerações finais

As visitas e os laços afetivos desempenham um papel crucial nas penitenciárias femininas. Esses contatos proporcionam não apenas apoio emocional, mas também ajudam a mitigar a solidão e o isolamento enfrentados por mulheres encarceradas. Os vínculos afetivos provenientes das visitas são fundamentais para a saúde mental, o bem-estar emocional e até mesmo para a reintegração social após o cumprimento da pena.

Os relacionamentos amorosos em ambiente carcerário, assim como as visitas e laços afetivos fornecem um impacto positivo na saúde mental das mulheres encarceradas, podendo servir como um fator de estabilidade durante o período de detenção e podem influenciar

positivamente na redução da reincidência, ao oferecer suporte e conexão com a comunidade fora dos muros da prisão.

A realização desta revisão de escopo permitiu a obtenção de um panorama da discussão acerca da perda do vínculo afetivo em mulheres encarceradas, de modo a suprir a lacuna da ausência desse tipo de estudo e de alcançar o objetivo inicial almejado. Contudo, faz-se necessário sugerir a ampliação do número de estudos teóricos e empíricos, sobre a temática nos bancos de dados nacionais e internacionais, visto que há uma carência de pesquisas relacionadas aos vínculos afetivos de mulheres em situação de cárcere.

Referências

- Alves, O. M. (2019). *Cárcere feminino: a discriminação em torno da visita íntima*. Trabalho de Conclusão de Curso, Centro universitário Tabosa de Almeida.
- Angotti, B., & Salla, F. (2018). Apontamentos para uma história dos presídios de mulheres no Brasil. *Revista de História de las Prisiones*, 6, 7-23.
https://www.revistadeprisiones.com/wp-content/uploads/2018/06/1_Angotti_Salla.pdf
- Araújo, I. C. A., & Chaves, L. H. (2021). Aprendendo a ser mulher no cárcere. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, 23(1), 133-161.
<https://doi.org/10.12957/irei.2021.60650>.
- Baptista-Silva, G., Hamann, C., & Pizzinato, A. (2017). Casamento no cárcere: agenciamentos identitários e conjugais em uma galeria LGBT. *Paidéia*, 27(1), 376-385. <https://doi.org/10.1590/1982-432727s1201702>.
- Baranauskienė, I., Kovalenko, A., & Leonova, I. (2020). The social-psychological factors influencing women-prisoners' feeling of loneliness. *Social welfare: interdisciplinary approach*, 10, 56-65. <https://doi.org/10.21277/sw.v1i10.560>
- Baltieri, D. A. (2014). Psychosocial pathways to sexual dysfunction among female inmates. *Archives of sexual behavior*, 43, 1105-1114. <https://doi.org/10.1007/s10508-013-0252-4>
- Bassani, F. (2011). Amor bandido: cartografia da mulher no universo prisional masculino. *DILEMAS-Revista de estudos de conflito e controle social*, 4(2), 261-280.
<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7225/5813>
- Carcedo, R. J., López, F., Begona Orgaz, M., Toth, K., & Fernández-Rouco, N. (2008). Men and women in the same prison: Interpersonal needs and psychological health of prison inmates. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 52(6), 641-657. <https://doi.org/10.1177/0306624X07311596>

- Castro, R. (2017). *Nascer nas prisões: Gestação e parto atrás das grades no Brasil*. Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro. <https://portal.fiocruz.br/noticia/nascer-nas-priso-es-gestacao-e-parto-atras-das-grades-no-brasil>
- Cordeiro, F. (2017). Criminalidade, gênero e sexualidade em uma penitenciária para mulheres no Brasil: a study on gender and sexuality in a women's prison. *Trivium-Estudos Interdisciplinares*, 9(1), 1-15. <http://dx.doi.org/10.18379/2176-4891.2017v1p.1>
- Cúnico, S. D., Strey, M. N., & Costa, A. B. (2019). Quem está no comando? Mulher de bandido e os paradoxos da submissão. *Revista Estudos Feministas*, 27(2), e54483. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254483>
- Collica, K. (2010). Surviving incarceration: Two prison-based peer programs build communities of support for female offenders. *Deviant Behavior*, 31(4), 314-347. <https://doi.org/10.1080/01639620903004812>
- De Claire, K., & Dixon, L. (2017). The effects of prison visits from family members on prisoners' well-being, prison rule breaking, and recidivism: A review of research since 1991. *Trauma, Violence, & Abuse*, 18(2), 185-199. <https://doi.org/10.1177/1524838015603209>
- Departamento Penitenciário Nacional. (2022) *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN - junho de 2017*. 67 p. http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorio_2016_22-11.pdf
- Departamento Penitenciário Nacional. (2022) *Ministério da justiça e segurança pública-SISDEPEN- dezembro de 2022*. <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>
- Diuana, V., Corrêa, M. C., & Ventura, M. (2017). Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 27(3), 727-747. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000300018>

- Einat, T., & Rabinovitz, S. (2013). A warm touch in a cold cell: Inmates' views on conjugal visits in a maximum-security women's prison in Israel. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 57(12), 1522-1545. <https://doi.org/10.1177/0306624X12461475>
- Ferreira, M. C. A. D. S., & Fernandes, R. A. Q. (2020). Mulheres detentas do Recife-PE: saúde e qualidade de vida. *Escola Anna Nery*, 24(4), e20200062. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0062>
- Figueiredo, A. C. C., Cunha, M. I. D., & Stengel, M. (2022). Relacionamentos Afetivo-Sexuais de Mulheres Encarceradas em Presídios Mistos Brasileiros. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, e239033. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003239033>
- Jólluskin, G., Minosso, A., Andrade, J. R. M., & Rodrigues, A. D. C. (2022). Percepções de mulheres em situação de reclusão face às visitas: contributos para práticas e políticas. *Política criminal*, 17(33), 386-406. <https://doi.org/10.4067/S0718-33992022000100386>
- Gusmão, M. A. D. J. X., Terças-Trettel, A. C. P., do Nascimento, V. F., Hattori, T. Y., Brescovit, L. E., Atanaka, M., & de Lemos, E. R. S. (2019). Dinâmicas sociais, familiares e vulnerabilidades de mulheres privadas de liberdade. *Saúde e Pesquisa*, 12(1), 159-168. <https://doi.org/10.17765/2176-9206.2019v12n1p159-168>
- Galarza, M. L. E., & Luz, M. (2008). Identidades de género, feminismo, sexualidad y amor: Los cuerpos como agentes. *Política y sociedad*, 46(1), 27-41. <https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/POSO0909130027A>
- Greer, K. R. (2000). The changing nature of interpersonal relationships in a women's prison. *The Prison Journal*, 80(4), 442-468. <https://doi.org/10.1177/0032885500080004009>

- Jiang, S., & Winfree Jr, L. T. (2006). Social support, gender, and inmate adjustment to prison life: Insights from a national sample. *The Prison Journal*, 86(1), 32-55.
<https://doi.org/10.1177/0032885505283876>
- Karlsson, M. E., & Zielinski, M. J. (2020). Sexual victimization and mental illness prevalence rates among incarcerated women: A literature review. *Trauma, Violence, & Abuse*, 21(2), 326-349. <https://doi.org/10.1177/1524838018767933>
- Krahn, N. M. W., De Arruda, J. S., & Costa, J. C. (2020). Conjugal visits in the context of incarceration of women and girls in the State of Bahia, Brazil: Permissions, prohibitions and (in) visibilities. *Oñati Socio-Legal Series*, 10(2), 415-441.
<https://doi.org/10.35295/osls.iisl/0000-0000-0000-1052>
- Konate, D. (2013). When Words Mean a Lot: The Experiences of Female Prisoners in Senegal and the Effects of their Incarceration on their Families. *Wagadu: A Journal of Transnational Women's and Gender Studies*, 13, 20-35.
- Leal, T. (2019). Os impactos da privação de liberdade nas relações amorosas de mulheres apenadas. *Psicologia-Florianópolis*. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Psicologia, Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis – SC.
<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/16600/1/tcc%20vers%c3%a3ofinal%20corrigida.pdf>
- Lermen, H. S., & Silva, M. B. B. (2021). Crimes e cárceres femininos: Perspectivas de visitantes. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 14(2), 531-555.
<https://doi.org/10.4322/dilemas.v14n2.34313>
- Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen Mulheres. (2022). (2a ed). *Ministério da Justiça*. http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopenmulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18. Pd

- Nota Técnica n.º 17/2020/DIAMGE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ. (2020). *Orientações a respeito dos procedimentos quanto à custódia de mulheres*. <https://rbepdepen.depen.gov.br/index.php/RBEP/article/view/399>
- Mahaffey, C., & Stevens-Watkins, D. (2016). Psychosocial determinants of health among incarcerated black women: A systematic literature review. *Journal of health care for the poor and underserved*, 27(2A), 45. <https://doi.org/10.1353/hpu.2016.0059>
- Milioni, S. O., & Geitona, M. (2017). The impact of incarceration on Greek female prisoners' self-reported health status. *Journal of Women's Health Care*, 6(4), 386. <https://doi.org/10.4172/2167-0420.1000386>
- Nicolau, A. I. O., Ribeiro, S. G., Lessa, P. R. A., Monte, A. S., Ferreira, R. D. C. D. N., & Pinheiro, A. K. B. (2012). A picture of the socioeconomic and sexual reality of women prisoners. *Acta Paulista de Enfermagem*, 25, 386-392. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002012000300011>
- Oliveira, A. P. G., & Cavalcanti, V. R. S. (2007). Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas. *Journal of Human Growth and Development*, 17(1), 39-51. <https://doi.org/10.7322/jhgd.19813>
- Paynter, M., Jefferies, K., McKibbin, S., Martin-Misener, R., Iftene, A., & Tomblin Murphy, G. (2020). Mother-child programs for incarcerated mothers and children and associated health outcomes: a scoping review. *Nursing Leadership*, 30(1), 81-99. <https://doi.org/10.12927/cjnl.2020.26189>
- Peart, M. S., & Knittel, A. K. (2020). Contraception need and available services among incarcerated women in the United States: a systematic review. *Contraception and reproductive medicine*, 5(1), 1-11.
- Peters, M. D., Godfrey, C., McInerney, P., Munn, Z., Tricco, A. C., & Khalil, H. (2017). Scoping reviews. *Joanna Briggs Institute reviewer's manual*, 2015, 1-24.

- Pinto, R., & Oliveira, A. (2020). Reclusão feminina: As implicações da visita íntima na adaptação à prisão. *Revista Ex aequo*, 1(41), 163-177. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2020.41.10>
- Rojas-Cavanzo, D. A., Benkelfat-Perafán, K., & Mora-Antó, A. (2016). Narrativas acerca de las relaciones familiares en mujeres en situación de reclusión carcelaria. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 14(1), 273-286. <http://dx.doi.org/10.11600/1692715x.14118160215>
- Santos, M. V. D., Alves, V. H., Pereira, A. V., Rodrigues, D. P., Marchiori, G. R. S., & Guerra, J. V. V. (2017). Saúde mental de mulheres encarceradas em um presídio do estado do Rio de Janeiro. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 26. <https://doi.org/10.1590/0104-07072017005980015>
- Silva, R. M., Santos, L. R., Freitas, O. L. G., & Gudino, M. E. C. B. (2020). A percepção das mulheres privadas de liberdade acerca do início de sua vivência com o crime. *Barbarói*, 57, 188-203. <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i57.14483>
- Santos, L. A. (2019). E agora, como a gente faz para se pegar? o amor entre as “entendidas” no complexo penal dr. João chaves. *Revista Transgressões: Ciências criminais em debate*. 7(1), 37-60. <https://doi.org/10.21680/2318-0277.2019v7n1ID18003>
- Santa Rita, R. P. (2021). Violência contra mães em situação de prisão: Da invisibilidade à persistência no encarceramento. *Teoria e Cultura*, 16(2), 93-113. <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2021.v16.35811>
- Santos, J. B. L., & da Silva, M. S. (2019). Encarceramento feminino: reflexões acerca do abandono afetivo e fatores associados. *Revista Psicologia Política*, 19(46), 459-474. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v19n46/v19n46a07.pdf>

- Santos, L. D. P. B., & Rios, L. F. (2018). Sexualidades e Resistências: uma Etnografia sobre Mulheres Encarceradas no Sertão Pernambucano. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(2), 60-72. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212379>
- Severance, T. A. (2005). “You know who you can go to”: Cooperation and exchange between incarcerated women. *The Prison Journal*, 85(3), 343-367. <https://doi.org/10.1177/0032885505279522>
- Scopela, J. D., prettoa, M. E. C., magrinia, M. E., & webera, J. L. A. (2020). Mulheres do cárcere: uma relação entre gênero, violência e precariedade. *Mulheres em situações de vulnerabilidades*, 43(3), 255-273. <https://doi.org/10.22481/rg.v4i3.6837>
- Titterton, M., Smart, H., & Pelling-Deeves, S. (2019). Promoting women’s health in prisons in North-West Russia. *International Journal of Health Promotion and Education*, 57(3), 133-147. <https://doi.org/10.1080/14635240.2018.1557540>
- Tricco, A. C., Lillie, E., Zarin, W., O'Brien, K. K., Colquhoun, H., Levac, D., ... & Straus, S. E. (2018). PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. *Annals of internal medicine*, 169(7), 467-473. <https://doi.org/10.7326/M18-0850>

3 ESTUDO II - PERCEPÇÕES DAS RELAÇÕES AFETIVAS SEXUAIS DE MULHERES EM CUMPRIMENTO DE PENA NO ESTADO DO PIAUÍ

Resumo. Este estudo investigou a vida de mulheres encarceradas, com foco em suas experiências com visitas familiares e íntimas. Foi realizado um estudo observacional, de corte transversal de caráter quanti-quali, através de entrevistas. A maioria das mulheres era ré primária (57,1%) e recebia visitas familiares (63,3%), principalmente de mães (16,3%). A insatisfação com a frequência das visitas foi expressa por 26,5%. A idade média ao cometer o primeiro delito era 25 anos, e a duração média de reclusão era de 15 meses. Metade das entrevistadas trabalhava antes da prisão, mas apenas 4,1% tinham carteira assinada, e 32,7% trabalham na prisão. A análise das entrevistas revelou que as visitas íntimas são significativas para as detentas, proporcionando conexão emocional e apoio. A nuvem de palavras destacou termos como "gente", "receber", e "bom", indicando a importância dessas visitas. Análises de similitude e classificação hierárquica descendente (CHD) revelaram quatro classes temáticas: desafios relacionados às drogas, dificuldades na assistência prisional, necessidades de visitas íntimas e seus significados. Os desafios enfrentados incluíram envolvimento com drogas e falta de assistência adequada. A importância das visitas íntimas foi destacada como uma forma de aliviar o estresse e fortalecer laços afetivos. A análise de similitude identificou palavras centrais como "receber", "querer", e "marido", refletindo a importância das visitas para as relações afetivas. Conclui-se que as visitas íntimas e familiares são cruciais para o bem-estar emocional das detentas, destacando a necessidade de políticas que considerem essas interações para promover a ressocialização e o apoio emocional das mulheres encarceradas.

Palavras-chave: Visitas íntimas; Ressocialização; Mulheres encarceradas; Desafios prisionais.

Abstract. This study investigated the lives of incarcerated women, focusing on their experiences with family and intimate visits. A cross-sectional observational study with both quantitative and qualitative characteristics was conducted through interviews. Most women were first-time offenders (57.1%) and received family visits (63.3%), mainly from mothers (16.3%). Dissatisfaction with the frequency of visits was expressed by 26.5%. The average age at the time of the first offense was 25 years, and the average duration of incarceration was 15 months. Half of the interviewees worked before imprisonment, but only 4.1% had formal employment, and 32.7% work in prison. The analysis of the interviews revealed that intimate visits are significant for the inmates, providing emotional connection and support. The word cloud highlighted terms such as "people," "receive," and "good," indicating the importance of these visits. Similarity and descending hierarchical classification (DHC) analyses revealed four thematic classes: challenges related to drugs, difficulties in prison assistance, the need for intimate visits, and their meanings. The challenges faced included drug involvement and lack of adequate assistance. The importance of intimate visits was highlighted as a way to alleviate stress and strengthen emotional bonds. The similarity analysis identified central words such as "receive," "want," and "husband," reflecting the importance of visits for emotional relationships. It is concluded that intimate and family visits are crucial for the emotional well-being of female inmates, highlighting the need for policies that consider these interactions to promote resocialization and emotional support for incarcerated women.

Keywords: Intimate visits; Resocialization; Incarcerated women; Prison challenges.

3.1 Introdução

O sistema prisional brasileiro se configura em uma realidade precária, em função da superlotação, celas insalubres, falta de saneamento básico, violência, dificuldades de acesso aos direitos básicos como um todo (Da Costa, 2021). Essas condições desumanas são exacerbadas pela falta de infraestrutura e recursos adequados, levando a uma deterioração significativa da saúde física e mental dos detentos. Aranda-Hughes et al. (2021) discutem como o confinamento solitário agrava ainda mais essas questões, resultando em relações problemáticas e a formação de "pseudofamílias" dentro do sistema prisional como mecanismo de enfrentamento.

No que diz respeito ao encarceramento feminino, a supressão de direitos é proporcionalmente ainda maior. Tal omissão se manifesta na ausência de políticas públicas que considerem a mulher encarcerada como sujeito de direitos com especificidades próprias advindas de sua condição de gênero. Além disso, a manutenção de relações familiares e afetivas durante o encarceramento é significativamente prejudicada. De Claire et al. (2020) exploram como as mulheres e seus parceiros enfrentam desafios substanciais para manter suas relações durante a sentença, muitas vezes resultando em tensões emocionais e distanciamento.

O número de unidades prisionais destinadas às mulheres é ínfimo se comparado ao de estabelecimentos do sistema prisional destinados aos homens. Há uma concentração da população prisional feminina em poucas unidades, das quais grande parte situa-se longe de suas cidades de origem, onde residem seus familiares e amigos (Vilela, 2021). O Estado do Piauí possui 17 unidades prisionais, abrigam atualmente de acordo com os dados fornecidos pela Secretaria de Justiça 6.955 pessoas privadas de liberdade. E destas unidades prisionais apenas três são destinadas as mulheres sendo uma mista que recebe homens e mulheres com 259 mulheres em privação de liberdade (Depen, 2022).

Essa distribuição inadequada de unidades prisionais agrava ainda mais a

vulnerabilidade das mulheres encarceradas. Turney et al. (2023) destacam que a distância geográfica das unidades prisionais das áreas urbanas, onde vivem os familiares, dificulta a manutenção de laços afetivos e contribui para o isolamento social das detentas. Diante disso a vulnerabilidade e a falta de ambiente adequado levando em consideração as questões subjetivas do gênero feminino. Como também a falta de espaço adequados para o recebimento de visitas íntimas (Oliveira & Santos, 2012).

Outro fator que dificulta a realização de visitas às mulheres encarceradas refere-se à questão de gênero. Bem diferente da esposa ou companheira de um homem preso, que acaba por doar a sua vida ao seu parceiro encarcerado, normalmente as mulheres encarceradas são logo abandonadas por seus companheiros e maridos, seja pelo estigma social da mulher que comete um delito ou em razão dos companheiros estabeleceram novas relações afetivas com maior rapidez (Nunes & Macedo, 2021).

A visita íntima, embora não prevista expressamente, é direito abrigado constitucionalmente, face à interpretação de que a sexualidade é uma dimensão da vida de todas as pessoas. A manutenção de relações sexuais é um direito das mulheres, que deve ser resguardado e facilitado, independentemente de qualquer vínculo de matrimônio ou união estável ou mesmo da heterogenia do sexo do parceiro. Contudo, quando encarceradas as mulheres encontram inúmeros empecilhos para que o exercício de seu direito à atividade sexual se efetive. A falta de espaço físico e de estrutura dos estabelecimentos prisionais é um deles, vez que em razão das penitenciárias femininas serem bem menores que as masculinas, visita íntima acaba sendo vedada ou é conferida em condições inapropriadas, sem qualquer privacidade (Alves & Fidalgo, 2020).

É possível perceber que o direito a visita, a visita íntima e demais exercícios da afetividade e da sexualidade da mulher que se encontra em situação de encarceramento, são violados em larga escala pelos estabelecimentos prisionais brasileiros. Ao ser impostos

diversos obstáculos para o exercício desses laços afetivos, a experiência do cárcere, que já é por demais severa, acaba por tornar-se ainda mais dolorosa (Guerra, Matos & Lima, 2021). Esses obstáculos resultam em um profundo impacto emocional e psicológico nas detentas. Estudos mostram que a impossibilidade de manter relações afetivas saudáveis dentro do sistema prisional contribui significativamente para a deterioração da saúde mental das mulheres encarceradas (De Claire et al., 2020; Aranda-Hughes et al., 2021).

Tratando-se do Estado do Piauí onde foi realizada a pesquisa nas duas penitenciárias femininas é proibido pela administração das unidades as relações homoafetivas, mesmo assim acontece de forma sigilosa e quando descobrem a interna é punida. E de forma legal das 49 mulheres entrevistadas apenas 5 recebem visitas íntimas por companheiros (as) 2 da penitenciária mista de Parnaíba e três na penitenciária feminina de Teresina. A pesquisa de Turney et al. (2023) revela que essas restrições e punições para relações homoafetivas não só violam os direitos humanos das detentas, mas também agravam o estigma e a discriminação, contribuindo para um ambiente prisional ainda mais opressivo e desumanizante.

3.2 Objetivos

4.2.1. Objetivo Geral

Analisar as percepções das relações afetivas sexuais de mulheres em cumprimento de pena em duas penitenciárias do Estado do Piauí

4.3.2 Objetivos Específicos

- Verificar a percepção do suporte social recebido no contexto do sistema prisional;
- Identificar a influência da privação de liberdade na manutenção dos vínculos afetivos sexuais;
- Compreender a repercussão das visitas íntimas na vida das mulheres encarceradas;
- Avaliar o índice de sofrimento mental das mulheres em privação de liberdade.

3.3 Método

3.3.1 Tipo da investigação

Em razão da natureza do objeto pretendido, foi proposto para este estudo a realização de uma pesquisa de campo de métodos mistos (quantitativo e qualitativo) do tipo exploratória e descritiva. Uma das razões para a escolha deste método se dá pela possibilidade da melhor interpretação e compreensão dos dados, uma vez que a literatura disponível sobre o tema estudado ainda é pouco explorada.

3.3.2 Participantes

O quantitativo de mulheres privadas de liberdade cumprindo pena em regime fechado no presente momento no Estado do Piauí é de 260 mulheres. Dessa forma, amostra do presente estudo foi constituída de 49 mulheres, com média de idade de 32 anos ($DP = 10,22$). A maioria se encontrava solteira (63%), seguida de 20,4% que estava em união estável, 12,2% casada e 4,1% divorciada. Quanto à escolaridade, a maioria (63,3%) informou possuir o ensino fundamental incompleto, 20,4% disseram ter o ensino médio completo, 8,2% não possuía estudo, 4,1% tinham o ensino médio, 2% o fundamental completo e 2% disse ter o ensino superior completo. Em relação à orientação sexual 75% disseram se perceber como a orientação heterossexual, enquanto 10,4% homossexual e 14,3% bissexual.

Quanto à raça, 34,7% se identificam como parda; 30,5% como amarela; 14,3% branca, 12,2% preta, 6,1% indígena e 2% não forneceu essa informação. Antes de entrar no sistema prisional, 65,3% disseram que recebi até 1 (um) salário-mínimo, 6,1% entre 1 e 2 salários, 2% Entre 3 e 4 salários, 2% Acima de 4 salários e 24,5% indicaram a opção outro. Por fim, em se tratando de religião 38,8% se consideravam católica, 36,7% evangélica, 4,1% testemunha de Jeová, 2% disseram participar de religião de matriz africana, 2% disseram se considerar espírita e 16,3% disseram não possuir religião. As participantes do estudo foram abordadas em duas penitenciárias femininas do Estado do Piauí. Visto isso os critérios de inclusão foram

baseados no estudo prévio de Varela (2017) dentre os quais: 1) Mulheres privadas de liberdade; 2) Cumprir pena em regime fechado; 3) Aceitar e autorizar a participação na pesquisa de forma voluntária e anônima através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

É importante mencionar que o número de participantes mesmo não sendo o planejado de início por inúmeros fatores, foi o suficiente para obter o aproveitamento dos segmentos dos textos de análises de dados, que na literatura recomenda-se 75%. Nesse estudo houve o aproveitamento de 78% destes (Martins, et al.,2022). Para uma caracterização das mulheres em privação de liberdade e suas percepções sobre a visita íntima.

3.3.3 Instrumentos

Para a coleta dos dados foram utilizados: um questionário sociodemográfico; uma entrevista semiestruturada e a Escala Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20; Santos et al., 2010). No primeiro momento, foi aplicado o questionário sociodemográfico com a finalidade de obter informações sobre idade, sexo, estado civil, quantidade de filhos, religião, orientação sexual, escolaridade, tempo de reclusão, se recebem alguma visita, se eram casadas ou tinha algum tipo de relacionamento fora da prisão, entre outras questões. Em seguida, foi realizada a entrevista com perguntas embasadas nos objetivos da pesquisa e logo após aplicada a SRQ-20 (Santos et al., 2010).

3.3.4 Procedimentos éticos e Coleta dos dados

O estudo seguiu todas as normas éticas estabelecidas pela Resolução n. 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, sendo submetido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) sob o Número do Parecer 6.098.923. Ressalta-se que esta pesquisa também recebeu a autorização do Secretário de Justiça do Estado na qual foram apresentados os objetivos e metodologia da presente pesquisa. Como também a autorização dos diretores das unidades prisionais, assim

como a autorização de mulheres privadas de liberdade, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Em princípio pretendia-se abordá-las em três penitenciárias femininas do Estado do Piauí, contudo, durante a execução da pesquisa, só foi possível realizar a coleta em duas penitenciárias. Os investigadores foram previamente treinados e qualificados para proceder a coleta de dados de forma individual com cada participante.

A princípio, os pesquisadores identificavam-se e mostravam os objetivos e o conteúdo da pesquisa, depois eram entregues o TCLE, no qual continha formalmente os objetivos da pesquisa, a relevância, preservação do sigilo/anonimato, e a coleta e utilização dos dados de forma voluntária. Desta forma, foi esclarecido as atribuições da participação no estudo e a elucidação de que a cooperação na pesquisa poderia acabar a qualquer momento que desejassem.

3.3.5 Análise dos dados

Para a análise dos dados quantitativos foi utilizado o Software SPSS for Windows – versão 22. Sendo utilizadas medidas de tendência central (frequência, média, mediana) e medidas de dispersão (desvio-padrão) para descrever as características sociodemográficas dos participantes, como também utilizada para análise da escala utilizada.

Para análise os dados qualitativos textuais, foi utilizado o software IRAMUTEQ (*Interface de Repourles Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* versão 0.7). De acordo com Camargo e Justo (2013) ele permite fazer análises estatísticas tanto de caráter qualitativa quanto quantitativa sobre corpus textual por meio de lexicografia (frequência e estatísticas básicas), este se encontra hospedado no software R. Foram realizadas as seguintes análises: Nuvem de palavras, que diz respeito a representação gráfica e organização das palavras de acordo com as frequências desta; em seguida, uma comunidade de sentido foi conduzida, empregando a teoria dos grafos para identificar as concorrências entre as palavras do texto, como sugerido por (Camargo & Justo, 2013) e a Classificação pelo

método de Reinert, que possibilita realizar uma classificação hierárquica descendente (CHD), que resulta na construção de um dendrograma de classes, representando eixos temáticos derivados dos segmentos textuais.

3.4 Resultados

Os resultados serão apresentados no intuito de responder aos objetivos propostos nesta pesquisa. Inicialmente serão apresentados os resultados referentes a questões gerais relacionadas à vida das mulheres. Em seguida será apresentado o resultado da análise das entrevistas e por fim o resultado da escala.

3.4.1 Informações da dinâmica da vida das Mulheres

Foram realizadas algumas perguntas que visam compreender como elas chegaram até o sistema prisional. A partir das respostas fornecidas observou-se que a maioria (57,1%) era ré primária seguida de 40,8% que disseram não ser. A maioria (63,3%) indicou que recebe visitas de familiares enquanto 36,7% disseram não receber. Os parentes que as visitam comumente são: mãe (16,3%); irmã (8,2%); filha (4,1%), irmão (4,1%). Ainda foi informado por 42,9% delas que recebe visita uma vez por mês de familiares e 20,4% disse receber visitas de 15 em 15 dias. Destas, 26,5% demonstram não estarem muito satisfeitas com o nível de frequência de visita de seus familiares.

Elas tinham em média 25 anos (*DP* 10,30) quando cometeram o primeiro delito e aproximadamente 15 meses de reclusão (*DP* 18,86). No que tange as relações de trabalho houve um equilíbrio, o qual 49% trabalhavam antes de serem presas, mas apenas 4,1% possuíam carteira assinada. Atualmente, dentro do contexto carcerário 32,7% trabalham. Aproximadamente 49% das entrevistadas já foram sentenciadas. Quanto às visitas íntimas, a maioria (93,9%) delas disse não receber esse tipo de visita, enquanto 6,1% disseram receber e

a frequência das visitas, ocorrem de 15 em 15 dias; elas informaram que recebem preservativo, sabonete, toalha entre outros itens (4,2%). A maioria (59,2%) respondeu que recebem orientações sobre prevenção contra ISTs e assistência médica (95,9%).

Em relação a assistência médica, 95,9% das entrevistadas indicaram que recebem, porém, apenas 59,2% alegaram receber orientações de prevenção a Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Em relação a percepção de sofrimento mental mensurado pelo Self Report Questionnaire (SRQ-20), no geral, a amostra apresentou uma pontuação média indicativa de que existem indícios de sofrimento mental, 71,1% (35) apresentou uma pontuação >7, indicando apresentar sofrimento mental.

A entrevista semiestruturada compôs um *corpus textual* que foi analisado pelo software Iramuteq que realizou as seguintes análises: *nuvem de palavras*, *comunidade de sentido* e a *Classificação Hierárquica Descendente* (CDH). O *corpus textual* constituído das 49 entrevistas que resultou em 258 segmentos textuais com 8918 palavras. Destas, houveram 1319 formas de palavras, no qual 678 foram mencionadas uma única vez (equivalente a 7,6% das palavras). Em seguida são apresentados os resultados das análises realizadas.

Nuvem de palavras

A análise de nuvem de palavras revelou 26 termos com frequência acima de 20 repetições no *corpus textual* que refletem as preocupações e experiências das mulheres em relação às visitas íntimas. Palavras como "gente", "receber" e "bom" podem indicar a importância deste tipo de contato e das interações positivas durante esses encontros. O termo "família" também se destaca, sugerindo que as detentas valorizam essas visitas como uma oportunidade para manter laços afetivos e familiares, especialmente com cônjuges e filhos.

Figura 3

Nuvem de palavras



Fonte: Dados do estudo.

Por outro lado, palavras como "droga" e "dever" lançam luz sobre questões mais complexas e desafiadoras enfrentadas pelas detentas. A presença desses termos pode sugerir a possibilidade da presença de problemas relacionados ao uso de substâncias ou ações ilícitas que podem afetar tanto as detentas quanto suas famílias. Além disso, a palavra "relação" indica a natureza multifacetada desses encontros, que podem envolver não apenas questões afetivas, mas também desafios relacionados à manutenção de vínculos em um contexto prisional.

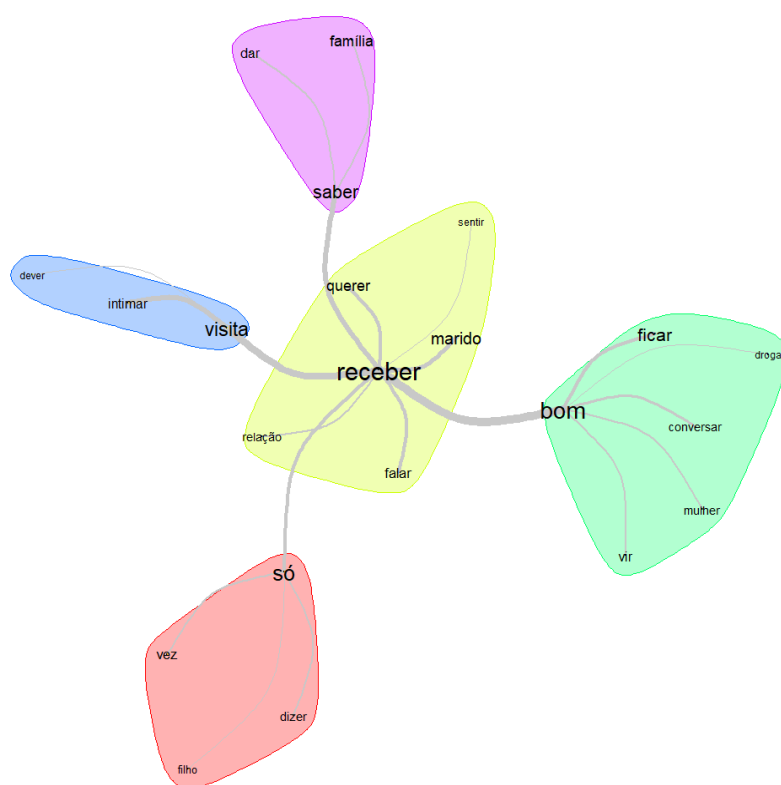
Por fim, termos como "mulher", "íntima" e "falar" podem sugerir uma dimensão pessoal e comunicativa das visitas íntimas. Essas palavras sugerem que as detentas veem esses encontros como uma oportunidade para expressar suas necessidades, desejos e preocupações de uma forma mais íntima e genuína. A variedade de termos presentes na nuvem de palavras indica a complexidade das experiências das detentas em relação às visitas íntimas, abrangendo desde aspectos emocionais e familiares até questões mais práticas e desafiadoras.

Comunidade de sentido

Na comunidade de sentido realizada nas entrevistas com detentas sobre visitas íntimas foi adotado o uso de palavras com frequência acima de 20 no *corpus textual*. O qual revelou cinco nuvens de palavras distintas, cada uma representando diferentes temas e aspectos das experiências relatadas.

Figura 4

Comunidades de sentido



Fonte: Dados do estudo.

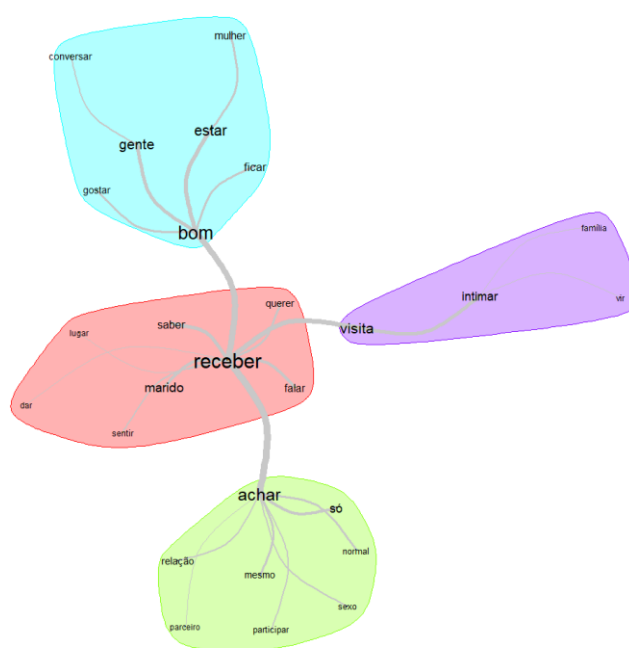
A palavra "*receber*" se destaca como núcleo central da distribuição, estabelecendo conexão com outras palavras como: "*querer*", "*marido*", "*relação*", "*falar*" e "*sentir*". Ao redor do núcleo, observa-se a formação de quatro ramificações, que deixa visível a frequência de ocorrência das palavras "*receber*", "*bom*" (*ficar*, *vir*, *conversar*, *mulher* e *droga*), "*visita*"

(*íntima e dever*) e “*só*” (*vez, dizer e filho*) que se relacionam a maneira que as detentas percebem a dinâmica de seus relacionamentos afetivos sexuais dentro do contexto prisional.

Entende-se que essa articulação foi identificada por essas mulheres ao se referirem a complexidade e a diversidade das experiências das detentas em relação não apenas às visitas íntimas como também às visitas de familiares. Esses encontros emergem como momentos significativos de conexão emocional, expressão de necessidades e desejos, bem como de enfrentamento de desafios pessoais e familiares. Enquanto observa-se o foco em aspectos emocionais e relacionais, como o desejo de receber atenção e afeto do parceiro, outras destacam preocupações mais amplas, incluindo problemas relacionados ao uso de substâncias e questões familiares.

Figura 5

Comunidade de sentido com questões relacionadas a visitas íntimas



Fonte: Dados do estudo.

Nas entrevistas com as detentas sobre visitas íntimas (perguntas 4,5,6 e 7 do questionário sociodemográfico), foi adotado o uso de palavras com frequência acima de 10 no

corpus textual. O qual revelou quatro comunidades de sentidos, cada uma representando diferentes temas e aspectos das experiências relatadas.

A comunidade representada pela cor Ciano foca na interação social e bem-estar emocional das detentas. As palavras "bom" e "gente" refletem uma visão positiva do convívio social, enquanto termos como "conversar", "gostar", e "ficar" mostram que as mulheres valorizam o tempo de interação, encontrando conforto e apoio emocional em conversas e na presença de outras pessoas, incluindo outras mulheres. Já a comunidade Roxo destaca a importância das visitas íntimas e familiares. Palavras como "visita" e "intimar" sublinham a relevância dessas visitas, e termos como "família" e "vir" enfatizam o papel crucial da presença familiar, evidenciando o apoio emocional que essas interações proporcionam às detentas.

A cor Vermelho aponta para as relações maritais e o impacto das visitas íntimas dos maridos. Termos centrais como "receber" e "marido" indicam a importância dessas visitas, e palavras como "saber", "lugar", "falar" e "sentir" refletem as expectativas e sentimentos das detentas em relação a essas interações. Por fim, a comunidade Verde explora percepções e reflexões sobre relações íntimas na prisão. A palavra "achar" sugere as opiniões das detentas sobre "relação" e "parceiro", e termos como "só", "normal", "mesmo" e "sexo" indicam uma reflexão sobre a normalidade e participação nessas relações, abordando como são vistas e experienciadas no contexto prisional.

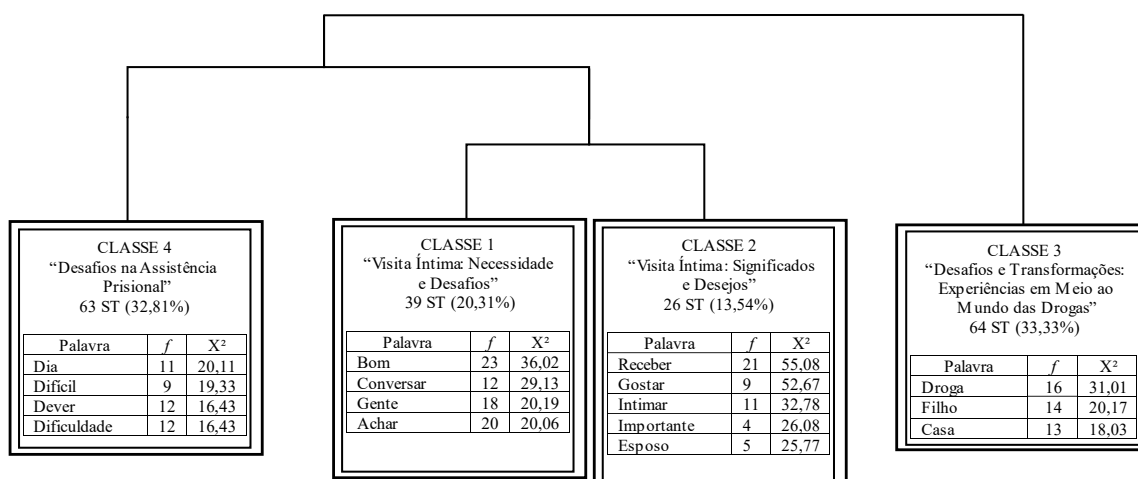
O gráfico de similitude revela diferentes facetas das experiências das mulheres detentas em relação às visitas íntimas. As interações sociais e familiares desempenham um papel crucial em seu bem-estar emocional, com destaque para as visitas de familiares e cônjuges. Além disso, há reflexões sobre a normalidade e a participação em relações íntimas dentro do contexto prisional. Cada comunidade destaca um aspecto diferente dessas experiências, mostrando a complexidade e a importância dessas interações para as detentas.

Classificação hierárquica descendente

A partir da análise do corpus resultantes das respostas dadas na entrevista semiestruturada foram observadas 8918 ocorrências de palavras, que se refere ao número total de palavras presentes no texto, sendo 49 textos, sendo aproveitados 192 dos 258 Segmentos de Texto (ST), correspondendo a 74,42% do total de STs do *corpus*. Desta análise, resultaram 4 classes distintas, cada classe representou uma temática a partir dos textos analisados, as quais são descritas a seguir.

Figura 6

Dendrograma



Fonte: Dados do estudo.

Classe 3 – Desafios e Transformações: Experiências em Meio ao Mundo das Drogas

As falas destacam as experiências profundamente marcantes do envolvimento com o mundo das drogas, especialmente o crack, e suas repercussões na vida familiar e pessoal. Essas narrativas oferecem um vislumbre das complexidades e desafios enfrentados por aqueles que sucumbiram à dependência química. Muitas expressam arrependimento por suas

escolhas passadas, reconhecendo o papel das drogas em suas atividades ilícitas, como o tráfico e o roubo, motivados pela dependência e pela pressão do ambiente. Além disso, algumas histórias revelam o impacto devastador da perda de entes queridos para a violência das drogas, seja por morte ou por distanciamento familiar. As dificuldades emocionais decorrentes dessa realidade são evidentes, deixando marcas profundas nas relações familiares e na estabilidade psicológica dos envolvidos.

Esses relatos também apontam para uma jornada de recuperação e transformação pessoal. Algumas delas compartilham como encontraram apoio na religião e no cuidado familiar para superar o vício e reconstruir suas vidas, abandonando o ciclo de violência e desespero associado ao uso de drogas. Ao romper com o passado sombrio das drogas, essas mulheres buscam uma nova direção, focando na reconstrução de suas relações familiares e na reinserção social. Suas histórias refletem a resiliência humana diante das adversidades, inspirando esperança e mostrando que, mesmo nas situações mais difíceis, é possível encontrar o caminho para uma vida mais saudável e significativa.

"Foi tempos atras que eu vinha no mundo das drogas, do crack, hoje eu não vivo mais, estou na benção, estou indo para a igreja, cuidando da minha mãe, nem fumo, nem bebo, parei com tudo, só cuidando da minha velhinha" (Participante 42, de Parnaíba).

"Do meu marido quando mataram ele, eu fiquei, por que fiquei com medo de quem tirou a vida dele querer tirar a minha, então eu fiquei para minha proteção e aí a polícia achou na minha casa e eu estou respondendo por isso, por porte de arma e tráfico de drogas" (Participante 29, de Teresina).

Classe 4 – Desafios na Assistência Prisional

As falas destacam as dificuldades enfrentadas pelas detentas em relação à assistência prisional, especialmente no que diz respeito à saúde e ao apoio familiar. Muitas expressam frustração com a falta de atenção adequada da assistência social e médica dentro do sistema prisional, mencionando longos períodos sem acesso a medicamentos ou atendimento médico, o que agrava suas condições de saúde e aumenta o sofrimento físico. Além disso, há reclamações sobre a escassez de apoio emocional e social por parte das famílias, evidenciando a importância do suporte externo para a ressocialização das detentas.

Algumas falas também ressaltam a falta de visitas regulares e a distância física das famílias como fatores que contribuem para o isolamento emocional das presas, tornando a experiência da prisão ainda mais desafiadora. A ausência de visitas íntimas regulares é mencionada como uma fonte adicional de angústia e frustração, destacando a importância dos laços afetivos e da intimidade mesmo em um ambiente prisional.

Além disso, há relatos de dificuldades na comunicação com a família, especialmente em relação a chamadas de vídeo e contato telefônico, o que contribui para sentimentos de solidão e desconexão. A falta de apoio jurídico adequado também é mencionada como uma preocupação, destacando a importância de acesso a serviços legais para garantir o devido processo e a proteção dos direitos das detentas.

"A assistência social que ela poderia prestar um serviço melhor, não é que o serviço dela seja ruim, mas ela como assistente social o trabalho dela é assistir tanto a presa como a família e eu acho que ela deveria se esforçar mais para assinar os recados" (Participante 23, de Teresina)

"A minha principal dificuldade é a distância da família porque quem eu poderia receber eu já não tenho por que é meu marido, que tem

informação é meu tio, mas ele trabalha durante o dia e não tem tempo e eu entendo" (Participante 45, de Parnaíba).

Classe 1 – Visita Íntima: Necessidade e Desafios

As falas apresentadas refletem a importância da visita íntima nas unidades prisionais, especialmente para as mulheres detidas. Elas expressam a necessidade de conexão emocional e sexual com seus parceiros, destacando a solidão e o estresse enfrentados durante o encarceramento. Para muitas detentas, a visita íntima não é apenas sobre satisfação sexual, mas também sobre a busca por afeto, apoio emocional e um senso de normalidade em meio ao ambiente restritivo da prisão.

Além disso, as falas abordam as dificuldades logísticas e sociais associadas à visita íntima. Algumas mulheres mencionam a falta de privacidade durante as visitas, o que pode tornar os momentos de intimidade desconfortáveis ou constrangedores. A limitação do tempo de visita também é um desafio, com muitas detentas lamentando a brevidade dos encontros em comparação com a necessidade de conexão prolongada com seus parceiros.

Apesar das controvérsias e complexidades envolvidas, muitas detentas reconhecem os benefícios emocionais e até mesmo físicos de receberem visitas íntimas. Para elas, esses encontros proporcionam momentos de alívio do estresse e da ansiedade que são comuns na vida prisional, além de fortalecerem os laços afetivos e oferecerem uma sensação temporária de normalidade e conexão com o mundo exterior.

"Por que eu ia receber meu marido e a gente ia conversar ia namorar é o encontro do casal em intimidade sozinhos, eu não recebo, ia ser muito bom por que estou com 6 meses aqui e não sei notícias dele e estou sozinha" (Participante 31, de Teresina).

"Eu acho bom porque tipo para quem não recebe visita poder ao

menos conversar com seu marido por que tem uma vida lá fora é uma coisa que a justiça tira de uma vez." (Participante 49, de Parnaíba).

Classe 2 – Visita Íntima: Significados e Desejos

As falas refletem a importância e os significados atribuídos à visita íntima nas unidades prisionais, especialmente em Teresina. As participantes expressam o desejo de conexão emocional e física com seus parceiros durante o encarceramento, destacando a intimidade e a comunicação como aspectos essenciais desses encontros. Muitos mencionam a falta de privacidade durante as visitas sociais, enfatizando a importância da visita íntima para permitir uma interação mais confortável e autêntica.

Além disso, as falas revelam a variedade de experiências e perspectivas em relação à visita íntima. Enquanto alguns participantes desejam receber a visita de seus parceiros como uma forma de aliviar o estresse e fortalecer os laços afetivos, outras expressam hesitação ou falta de interesse devido a questões pessoais ou circunstanciais. Ainda assim, a maioria reconhece a importância desses encontros para aqueles que os recebem, destacando-os como uma forma de demonstrar preocupação e apoio aos detidos.

As falas também abordam as dinâmicas de poder e controle presentes nas relações conjugais dentro do contexto prisional. Alguns participantes mencionam casos de abandono por parte dos parceiros após a prisão, enquanto outros destacam a necessidade de manter a comunicação e o afeto mesmo diante das dificuldades impostas pelo sistema carcerário. Esses relatos revelam as complexidades das relações íntimas dentro das prisões e a importância de se reconhecer as diferentes realidades e necessidades das detidas.

"Eu não recebo visita, são importantes como falei, seria bom se todas tivessem" (Participante 40, de Parnaíba).

"Porque é um privilégio para gente ter nosso esposo que acompanhe

a gente, vem visitar a gente, isso é uma coisa boa para quem tem isso é bom eu ia gostar de receber se eu tivesse" (Participante 27, de Teresina).

Por fim, na Tabela 3 são apresentados os cinco principais segmentos textuais de cada uma das classes de acordo com o X^2 de sua representatividade.

Tabela 3

Segmentos de texto mais representativos das classes

X^2	Segmentos de Texto (X^2)
Classe 1	
121,99	“tem outra também mais já é outro sexo há é tanta coisa porque nós somos mulheres apesar da idade a gente sente falta daquele carinho aquele aconchego ali nem que seja poucos minutos mais aquela atenção entendeu para mim eu acho bom ”
116,31	“é algo bom momento de conversar não apenas fazer relação sexual saber notícia do marido porque tipo assim que está pouco tempo já senti e quem está com muito tempo é pior aí é complicado ficar aqui dentro sem saber notícia um do outro porque antigamente tinha visita”
115,09	“por que eu ia receber meu marido e a gente ia conversar ia namorar, é o encontro do casal em intimidade sozinhos , eu não recebo ia ser muito bom por que estou com 6 meses aqui e não sei notícias dele e sozinha ”
106,48	“eu acho bom porque tipo para quem não recebe visita poder ao menos conversar com seu marido por que tem uma vida lá fora é uma coisa que a justiça tira de uma vez”
106,40	“mas sim poder conversar de poder está se sentir melhor e aquela afinidade da gente ter esse querer de estar com a pessoa para mim seria muito bom se pudesse ter não recebo ”
Classe 2	
142,60	“eu não sou diferente assim porque gosto muitas aí não é gostam de mulher essas coisas é poucas tem delas que família que o marido quando vai presa abandona vai embora deixa aí jogada aí aqui quem recebe intima só é duas pessoas eu e outra”
133,52	“porque um privilégio para gente ter nosso esposo que acompanhe a gente vem visitar a gente isso é uma coisa boa para quem tem isso é bom eu ia gostar de receber se eu tivesse”
123,64	“não sei estar do lado da pessoa que gosta em intimidade ali conversando próximo abraçando seria muito bom nas visitas sociais nem podemos falar tudo que queremos por que a polícia penal fica por perto a intima ficaríamos mais à vontade com mais privacidade”
123,59	“é bom isso porque ela está recebendo a visita de alguém que ela gosta não somente por conta da intimidade do sexo em si mas por conta de esta com uma pessoa que ela gosta tanto ela gosta como a pessoa”
121,28	“eu acho na minha opinião assim a visita intima e um momento com uma pessoa que você gosta do seu convívio o marido esposa ou esposo ”
Classe 3	
108,95	“do meu marido quando mataram ele eu fiquei por que fiquei com medo de quem

	tirou a vida dele querendo tirar a minha então eu fiquei para minha proteção e aí a polícia achou na minha casa e eu estou respondendo por isso por porte de arma e tráfico de drogas ”
103,73	“muito ruim por que eu estou sentindo falta dos meus filhos da minha mãe e dos meus irmãos e da minha casa a droga o crack só normal mesmo porque aqui não tem mas se tivesse seria bom”
99,74	“foi tempos atras que eu vinha no mundo das drogas do crack hoje eu não vivo mais estou na benção estou indo para a igreja cuidando da minha mãe nem fumo nem bebo parei com tudo só cuidando da minha velhinha”
95,38	“o tráfico que minha mãe usa crack como eu via dinheiro fácil eu não sabia nem o que fazer se era trabalhar ou cuidar da minha mãe era usuária aí eu comecei vender justamente para ela não ter que roubar não ter que mexer nas coisas alheias aí o que me levou foi isso”
82,99	“aí quando chegava lá em casa mãe dizia minha filha se aqueta vai olhar teus filhos que eu já estou velha minha mãe que eu chamo é minha avó que cuida dos meus filhos e ela fica brigando comigo e eu não dou nem ouvido para ela”
Classe 4	
69,13	“minha dificuldade na prisão é em relação a assistência médica assistência perante assistência social mais em relação ao medicamento que não tem se a gente tiver com uma dor a gente passa três dias com essa dor”
64,60	“e acaba esquecendo e aí eu acho que ela deveria dar um pouco mais de atenção para as famílias o que eu tenho que reclamar mesmo daqui do sistema da secretaria de justiça é somente em questão a assistência social ”
62,02	“mas muitas vezes a família não se interessa até mesmo por causa delas porque tem muitas delas que fazem por onde ser visitadas mais tem muitas delas que por causa do comportamento aí quando chega o dia da visita está de triagem aí é muito triste muito chato muito difícil ”
58,75	“falar da assistência social e das vezes com a médica , mas da assistente social deveria ter mais assistência o fato as mensagens do meu celular”
55,87	“mas só quem convive comigo é os três filhos homens aí é muito difícil a gente criar três filhos sozinha por que hoje em dia você sabe que emprego é muito difícil aí foi o que me levou a fazer o que não devia ”

3.5 Discussão

Conforme foi mencionado por outros estudos sobre as relações afetivas no sistema prisional (Baltieri, 2014; Cordeiro, 2017; Jólluskin et al., 2022). Nessa investigação fica evidente através das falas das participantes a importância da manutenção das relações durante o processo de encarceramento. Uma vez que na manutenção dessas relações, as mulheres em situação de cárcere alimentam uma rede de apoio e proteção entre si, e que mesmo as mulheres que não recebem visitas íntimas consideram isso como algo importante e necessário.

Aranda-Hughes et al. (2021) apontam que essas redes de apoio, muitas vezes formadas como "pseudofamílias", são cruciais para a sobrevivência emocional das detentas, ajudando-

as a lidar com a solidão e o isolamento característicos do encarceramento. Gooch et al. (2022) também destacam a invisibilidade dos cuidados e apoio emocional dentro do sistema prisional, enfatizando a necessidade de políticas que reconheçam e promovam esses vínculos.

As mudanças observadas durante o processo de pena para a mulher ocorrem de diversas formas, desde a dificuldade da manutenção dos vínculos afetivos sexuais como também as relações familiares e as dificuldades de um sistema feito e pensado para homens. As participantes da pesquisa não se sentem satisfeitas com o tempo das visitas e como elas são organizadas, tanto de forma presencial como a visita virtual que foi algo que o sistema adaptou na covid e permaneceu, visto que muitas residem longe da cidade onde estão presas, mas demonstram não estarem muito satisfeitas com o nível de frequência de visita e a duração, como também da falta de intimidade durante a visita de todas as formas.

De Claire et al. (2020) salientam que a qualidade das visitas íntimas tem um impacto direto no bem-estar das detentas, influenciando positivamente sua saúde mental e reduzindo a probabilidade de reincidência. Além disso, as visitas íntimas oferecem uma oportunidade crucial para as detentas manterem e reforçarem seus laços afetivos com seus parceiros, proporcionando um suporte emocional essencial durante o período de encarceramento. A insatisfação relatada pelas participantes do estudo evidencia a necessidade urgente de reformulações nas políticas de visitação para melhor atender às necessidades emocionais das mulheres encarceradas.

As mulheres são mais “relacionais” do que os homens. E dentro do encarceramento as relações interpessoais se tornam algo forte, ou pseudofamílias, com outras mulheres encarceradas em busca de afeto e carinho, que são relacionamentos semelhantes aos parentescos que as mulheres têm fora da prisão. Fornecendo apoio e um sentimento de pertença para ajudar as mulheres a adaptarem-se às privações da vida atrás das grades. relações prisionais não são apenas uma resposta às privações do encarceramento, mas também

permitem que as mulheres preservem papéis socialmente construídos (Hughes, Turanovic & Pesta, 2021).

Algumas mulheres apresentaram índices de sofrimento mental. Alguns estudos que se concentram na saúde mental descobriram que o isolamento prolongado tem o potencial de piorar as condições de saúde mental, por conta do ambiente prisional em geral e os impactos que ele causa (Clark, 2018). Taxman e Smith (2021) discutem a importância de modelos de classificação de risco-necessidade-responsividade (RNR) na reabilitação dos detentos, sugerindo que uma abordagem mais personalizada e sensível ao gênero pode melhorar significativamente os resultados psicológicos e emocionais das mulheres encarceradas. Zubairu (2023) também enfatiza a aplicação desses modelos para atender melhor às necessidades específicas das detentas, promovendo uma reabilitação mais eficaz e humana.

Segundo Dixon e Larkin (2019), os relacionamentos íntimos têm um impacto positivo em fatores associados ao bem-estar das mulheres em privação de liberdade e à redução da probabilidade de reincidência, as participantes da pesquisa expressam através das palavras "gente", "receber" e "bom" a importância das interações positivas durante esses encontros. Apontam para a dimensão pessoal e comunicativa das visitas íntimas. Veem esses encontros como uma oportunidade para expressar suas necessidades, desejos e preocupações de uma forma mais íntima e genuína. A variedade de termos presentes na nuvem de palavras indica a complexidade das experiências das detentas em relação às visitas íntimas, abrangendo desde aspectos emocionais e familiares até questões mais práticas e desafiadoras. O termo "família" também se destaca, sugerindo que as detentas valorizam essas visitas como uma oportunidade para manter laços afetivos e familiares, especialmente com cônjuges e filhos.

Por fim, faz-se assim importante e necessária a realização de novas investigações futuras, que ampliem a discussão aqui iniciada, para possibilitar conhecer a realidade no contexto do sistema prisional para as mulheres, e assim ampliar o universo de pesquisas e

políticas públicas para as mulheres em privação de liberdade. Ward et al. (2007) propõem o Modelo de Boas Vidas (Good Lives Model) para a reabilitação de infratores, que foca em construir uma vida significativa e satisfatória pós-encarceramento. Implementar abordagens como essa pode oferecer às mulheres encarceradas um caminho mais claro para reintegração social e redução da reincidência, enfatizando o desenvolvimento de habilidades e a satisfação de necessidades individuais de maneira positiva e construtiva.

3.6 Considerações finais

É possível concluir que essas interações desempenham um papel crucial no bem-estar emocional das detentas. As visitas íntimas foram identificadas como um meio significativo de proporcionar conexão emocional, apoio afetivo e alívio do estresse associado ao encarceramento. A análise das entrevistas revelou uma forte demanda por melhorias nas políticas de visitação, incluindo maior frequência e condições mais adequadas para esses encontros.

Além disso, as dificuldades enfrentadas pelas detentas, como o envolvimento com drogas e as deficiências na assistência prisional, sublinham a necessidade urgente de intervenções que promovam não apenas o bem-estar durante a reclusão, mas também preparem as mulheres para uma reintegração bem-sucedida após o cumprimento da pena. Portanto, recomenda-se que políticas públicas e programas dentro do sistema prisional considerem essas necessidades específicas das detentas, visando não apenas a redução da reincidência criminal, mas também a promoção de um ambiente mais humano e inclusivo para as mulheres encarceradas.

Referências

- Alves, Y. E., & Fidalgo, F. S. R. (2020). ENCARCERAMENTO DAS MULHERES: TRABALHO, VIOLÊNCIA E ABANDONO. *Revista Trabalho Necessário*, 18(35), 310-335.
- Aranda-Hughes, V., Turanovic, J. J., Mears, D. P., & Pesta, G. B. (2021). Women in solitary confinement: Relationships, pseudofamilies, and the limits of control. *Feminist Criminology*, 16(1), 47-72.
- Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Contextos Clínicos*, 14(1). <https://doi.org/10.4013/ctc.2021.141.14>.
- Clark, K. (2018). O efeito da doença mental na segregação após má conduta institucional. *Justiça Criminal e Comportamento*, 45(1), 1363-1382.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em psicologia*, 21(2), 513-518.
- Costa, B. E. C. (2021). Protocolos de Enfrentamento à Covid-19 e Resultados Alcançados no Sistema Prisional de Minas Gerais. *Revista brasileira de execução penal-rbep*, 2(1), 203-217. <https://doi.org/10.1234/rbep.v2i1.309>.
- De Claire, K., Dixon, L., & Larkin, M. (2020). How prisoners and their partners experience the maintenance of their relationship during a prison sentence. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 30(3), 293-306.
- Guerra, A. P. V., Mattos, C. D. C. R., & de Carvalho Lima, T. (2021). Gênero e cárcere: o encarceramento de mulheres no sistema prisional brasileiro e a COVID-19. *Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior*, 13(1), 24-24. <https://doi.org/10.46560/meritum.v13i1.5816>.
- Gooch, K., Masson, I., Owens, A., & Waddington, E. (2022). After care, after thought: The invisibility of care experienced men and women in prison. *Prison Service Journal*,

258(9), 4-12.

- Martins, K., de Paula, M.C., Gomes, L.P.S.& dos santos, J.E. (2022). O software IRaMuTeQ como recurso para análise textual discursiva. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 10(24), 213-232. <https://doi.org/10.33361/RPQ.2022.v.10.n24.383>.
- Nunes, C. C., & Macedo, J. P. (2021). “Corpos encalçados de prisão”: Mulheres e Subjetividades em Exceção. *Revista Subjetividades*, 21(1), e10577. <http://doi.org/10.5020/23590777.rs.v21i1.e10577>.
- Oliveira, M. (2012). Desigualdade de gênero no sistema prisional: considerações acerca das barreiras à realização de visitas e visitas íntimas às mulheres encarceradas. *Caderno espaço feminino*, 25(1), 236-246.
- Santos, K. O. B., de Araújo, T. M., de Sousa Pinho, P., & Silva, A. C. C. (2010). Avaliação de um instrumento de mensuração de morbidade psíquica: estudo de validação do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20). *Revista Baiana de Saúde Pública*, 34(3), 544-544.
- Turney, K., Malae, K. R., Christensen, M. A., & Halpern-Meeekin, S. (2023). “Even though we're married, I'm single”: *The meaning of jail incarceration in romantic relationships*. *Criminology*, 61(4), 795-822.
- Taxman, F. S., & Smith, L. (2021). Risk-need-responsivity (RNR) classification models: Still evolving. *Aggression and Violent Behavior*, 59, 101459.
- Ward, T., Mann, R. E., & Gannon, T. A. (2007). The good lives model of offender rehabilitation: Clinical implications. *Aggression and violent behavior*, 12(1), 87-107.
- Zubairu, N. (2023). The Risk-Need-Responsivity Model on Inmate Rehabilitation. *Journal of Contemporary Sociological Issues*, 3(2), 177-202.

4 CONSIDERAÇÕES GERAIS

O estudo buscou compreender as implicações da privação de liberdade na manutenção das relações afetivas e sexuais de mulheres privadas de liberdade, assim como o impacto do distanciamento pode afetar a saúde mental destas mulheres, em duas penitenciárias localizadas no estado do Piauí na cidade de Parnaíba e Teresina, no nordeste brasileiro.

Este estudo se situa na relevância social de compreender o percurso da vulnerabilidade, como também dos direitos das mulheres em privação de liberdade e o abandono sofrido por elas, devido à falta de recursos necessários e o estigma da mulher na sociedade que comete crime. Apesar da garantia dos direitos da visita as pessoas privadas de liberdade, para as mulheres ainda é vista com muita dificuldade até mesmo pela falta de estrutura das unidades prisionais que não foram feitas para mulheres, sendo apenas meras adaptações.

A precariedade está relacionada diretamente a estrutura física, celas superlotadas e quentes, dificuldade de acesso a água filtrada, as ações de ressocialização e remissão de pena não englobam todos, como também o número de profissionais de saúde e assistência social insuficiente para atender as demandas. Nas duas unidades prisionais onde a pesquisa foi realizada só tem uma psicóloga para atender todas as mulheres, duas assistentes sociais que se revezam durante a semana e uma enfermeira, o que dificulta diretamente o atendimento de toda demanda existente.

Algumas demandas trazidas pelas mulheres em privação de liberdade foi a dificuldade de acesso as visitas em todos os contextos. Pela dificuldade pelas unidades prisionais serem na maioria das vezes distantes da cidade natal, como também as visitas acontecerem de forma quinzenalmente e com duração de 30 minutos. Durante a covid- 19 as visitas passaram acontecer de forma virtual por meio de chamada de vídeo, organizadas pelo setor de serviço social e após a pandemia continuo a modalidade para as detentas de outras cidades, mas

podendo escolher apenas uma forma de visita, ou virtual ou presencial. As visitas independentes da modalidade são supervisionadas o que não tem um momento de privacidade. E as visitas íntimas são programadas uma vez ao mês para a mulher que tem união estável, com duração de 40 minutos em um ambiente insalubre e quente.

Uma forma que as psicólogas destas unidades viabilizaram para minimizar os danos do encarceramento, foi a criação de intervenções em grupos, como rodas de conversas e palestras nas quais as detentas possuem liberdade de expressão para falar, questionar e debater. Outros profissionais como enfermeiros, também realizam intervenções informativas com intuito de atender a demanda, como orientações sobre as DST, entre outras.

É importante evidenciar também, a relevância de fortalecer a luta pelo reconhecimento e aplicação dos Direitos Humanos dentro do ambiente prisional que engloba populações estruturalmente e historicamente vulneráveis, e que são invisibilizadas. Dito isto, é importante expor que pesquisar sobre as relações afetivas e sexuais de mulheres em cumprimento de pena e os impactos da falta destas relações na vida das mulheres.

Imprescindível que se enxergue as internas, com todas as suas especificidades, como detentoras de direitos à visita e visita íntima. A efetivação do direito à intimidade no sistema prisional inclui o respeito à orientação sexual da interna, seu direito à manutenção do vínculo familiar, mesmo se o(a) parceiro(a) também estiver encarcerado(a). Dessa maneira, entende-se que o presente estudo possibilita através dos seus resultados a concepção de políticas públicas mais extensivas e efetivas na promoção da qualidade de vida das mulheres em privação de liberdade dentro do sistema prisional.

Apesar das limitações consideradas, o estudo tem a possibilidade de incentivar futuras pesquisas em torno da temática, trazendo para a reflexão a importância do cuidado as mulheres em privação de liberdade para gerações futuras, como também para os profissionais que atuam diretamente com esse público, viabilizando uma prática profissional humanizada.

APÊNDICES

Apêndice A - Dados Sociodemográficos

Questionário Sociodemográfico e Socioeconômico: Esta pesquisa trata-se de um estudo científico sobre **as percepções das relações afetivas sexuais de mulheres em cumprimento de pena no Estado do Piauí**. Portanto, garantimos aos colaboradores que estes dados serão tratados estatisticamente, bem como o anonimato e a confidencialidade dos dados será resguardada.

Instruções: Este questionário tem como objetivo compreender melhor o perfil social e demográfico dos participantes, assim é importante que as respostas sejam as mais verdadeiras possíveis.

1. **Qual a sua idade:** _____ anos
2. **Qual o seu estado civil:** () Solteira () Casada () Viúva () União Estável () Separada/ divorciada () Prefiro não responder.
3. **Você tem filhos?** () Sim () Não | Se sim, quantos? _____
4. **Qual a sua escolaridade:** () Sem estudo () Fundamental Incompleto () Fundamental Completo () Médio Incompleto () Médio Completo () Ensino Superior Incompleto () Ensino Superior Completo () Pós-Graduação
5. **Qual sua renda mensal antes de entrar no sistema?** () Até um salário mínimo () entre 1 e 2 salários mínimos () entre 2 e 3 salários mínimos () entre 3 e 4 salários mínimos () acima de 4 salários mínimos () Outro. Qual? _____
6. **Dentre as alternativas relacionadas, você se reconhece ou se identifica como de cor ou raça:** () branca () preta () parda () amarela () indígena () prefiro não informar
7. **Com relação a sua religião/doutrina/crença, você se considera:** () Católica () Espírita () Religião de Matriz Africana () Evangélico () Testemunha de Jeová () Nenhuma () Outra: _____
8. **Em relação a sua orientação sexual, você se percebe:**
() Heterossexual: atração por pessoas de outro sexo
() Homossexual: atração por pessoas do mesmo sexo
() Bissexual: atração por pessoas do sexo masculino e feminino
() Assexual: não se sente atraído (a) sexualmente por nenhum sexo
() Outra. Qual? _____
9. **Antes de ser presa:**
a) Você estava estudando? () Sim () Não
b) Estava trabalhando? () Sim () Não

c) Se sim, o trabalho era de carteira assinada? () Sim () Não

10. Atualmente você está:

a) Estudando? () Sim () Não

b) Trabalhando? () Sim () Não

11. Qual a sua idade quando cometeu o primeiro delito? _____ anos

12. Quantas vezes você já esteve presa? (incluindo esta vez) _____ vezes

13. Você já foi sentenciada? () Sim () Não

14. Quanto tempo você está no Sistema prisional? _____

15. Você é: () Ré primária () Reincidente

16. Você recebe visitas de sua família? () Sim () Não. De quem? _____

16.1. Se sua resposta foi “não” descrever os possíveis motivos por que não recebe visita.

16.2. Se sua resposta foi “sim”, com que frequência essas visitas ocorrem: () 01 vez na semana () 01 vez no mês () de 15 em 15 dias () outro: _____

16.3. Em geral, qual é seu nível de satisfação ou insatisfação com a frequência de visitas de seus familiares?

() muito satisfeito () mais ou menos satisfeito () nem satisfeito, nem insatisfeito () mais ou menos insatisfeito () muito insatisfeito

17. Você recebe visita íntima? () Sim () Não. De quem? _____

17.1. Se sua resposta foi “sim”, com que frequência essas visitas ocorrem: () 01 vez na semana () 01 vez no mês () de 15 em 15 dias () outro: _____

17.2. Em geral, qual é seu nível de satisfação ou insatisfação com a frequência das visitas íntimas que recebe?

() muito satisfeito () mais ou menos satisfeito () nem satisfeito, nem insatisfeito () mais ou menos insatisfeito () muito insatisfeito

18. Você recebe itens essenciais nas visitas íntimas como: preservativo, sabonete, toalha, etc.? () Sim () Não

19. Você recebe assistência médica? () Sim () Não

20. Você recebe orientações em relação à prevenção contra DSTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis)? () Sim () Não

Apêndice B - Entrevista semiestruturada

1. Quais as suas principais dificuldades na prisão?

2. O que te levou a entrar no sistema prisional?

3. Como você considera o recebimento de visitas afetivas sexuais dentro do sistema prisional? 3.1 Bom () 3.2 Ruim 3.3 () Normal

4. Expresse sua opinião sobre a questão acima.

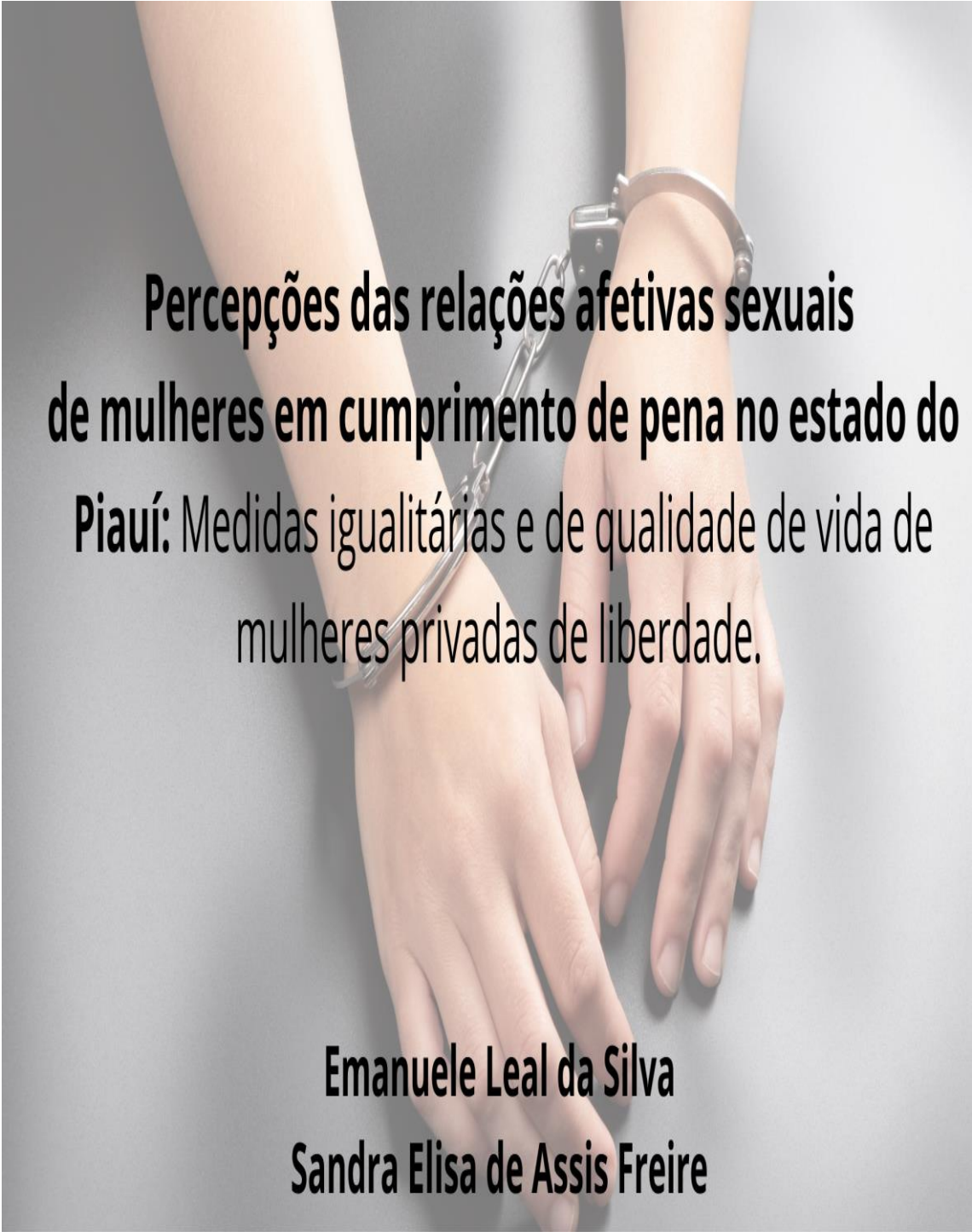
5. Para você o que é a visita íntima.

6. Se você participa do Programa de Visita Intima, expresse como se sente em relação a essa questão.

7. Caso você não participe do Programa de Visita Intima, comente como você lida com a questão relativa à expressão e prática de atividades afetivas sexuais dentro do sistema prisional.

Apêndice C - Produção técnica de uma cartilha

Percepções das relações afetivas sexuais de mulheres em cumprimento de pena no estado do Piauí: Medidas igualitárias e qualidade de vida de mulheres privadas de liberdade.



**Percepções das relações afetivas sexuais
de mulheres em cumprimento de pena no estado do
Piauí: Medidas igualitárias e de qualidade de vida de
mulheres privadas de liberdade.**

**Emanuele Leal da Silva
Sandra Elisa de Assis Freire**

Todos os direitos reservados. É proibida parcial ou total reprodução desta cartilha sem expressa autorização dos autores.

Projeto gráfico: Emanuele Leal da Silva

Imagens: Canva

Revisão: Sandra Elisa de Assis Freire

**Percepções das relações afetivas sexuais
de mulheres em cumprimento de pena no estado do
Piauí: Medidas igualitárias e de qualidade de vida de
mulheres privadas de liberdade.**

**Emanuele Leal da Silva
Sandra Elisa de Assis Freire**

**Edição 1º
2024**

Sumário

Apresentação.....	04
O perfil da mulher em privação de liberdade.....	05
Qual a importância dos relacionamentos afetivos sexuais de mulheres durante o encarceramento?.....	07
Quais os impactos do encarceramento na saúde mental da mulher em privação de liberdade.....	10
Quais medidas podem ser tomadas para melhorar a qualidade de vida da mulher no cárcere?.....	14
Considerações finais.....	15

Apresentação

O sistema carcerário é um dos assuntos que sempre esteve em vigor no meio jurídico e social, no entanto, as atenções são mais voltadas ao público masculino por serem a maioria dentro do sistema prisional, se fazendo necessário discussões sobre as mulheres encarceradas, mesmo o número sendo bem menor que os homens, uma vez que o número de presas vem crescendo exponencialmente em todo o mundo. As diferenças entre homens e mulheres privadas de liberdade são várias, visto que o sistema prisional foi feito e pensado para o gênero masculino. A começar pelo abandono sofrido por elas ao serem presas, enquanto a média das visitas realizadas por pessoa ao longo do semestre nos presídios masculinos é de 7,8. Em contrapartida, nas unidades femininas e mistas, essa média cai para 5,9. Existe inúmeras demandas quanto ao exposto, seja na reestruturação dos direitos das mulheres em privação de liberdade, como também políticas públicas e eficazes voltadas para esse público. Para que seja um sistema de garantia de direito e levando em consideração o gênero feminino.

O conteúdo dessa cartilha foi elaborado com base nas falas das mulheres privadas de liberdade e suas percepções sobre as visitas íntimas através da aplicação de instrumentos, e de uma investigação de diversas fontes, como artigos científicos e resoluções sobre o tema.

A cartilha tem como objetivo subsidiar sugestões sobre uma melhor qualidade de vida para as mulheres encarceradas para a Secretaria de Justiça do Piauí, para os diretores das unidades prisionais, sobre o desenvolvimento de medidas que possam gerar qualidade de vida para as mulheres presas. Tornando o processo do encarceramento mais humanizado e preconizando a subjetividade e individualidade das mulheres.

O PERFIL DA MULHER EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE



O perfil das mulheres que pratica crimes continua o mesmo com o passar dos anos, na grande maioria são jovens com idade entre 18 a 30 anos , negras ou pardas, já foram alvo de algum tipo de violência (física, sexual, psicológica), com baixo nível de escolaridade, solteiras, mães, fruto de uma família muitas das vezes disfuncional e presas por crime de tráfico de drogas (INFOPEN, 2022).

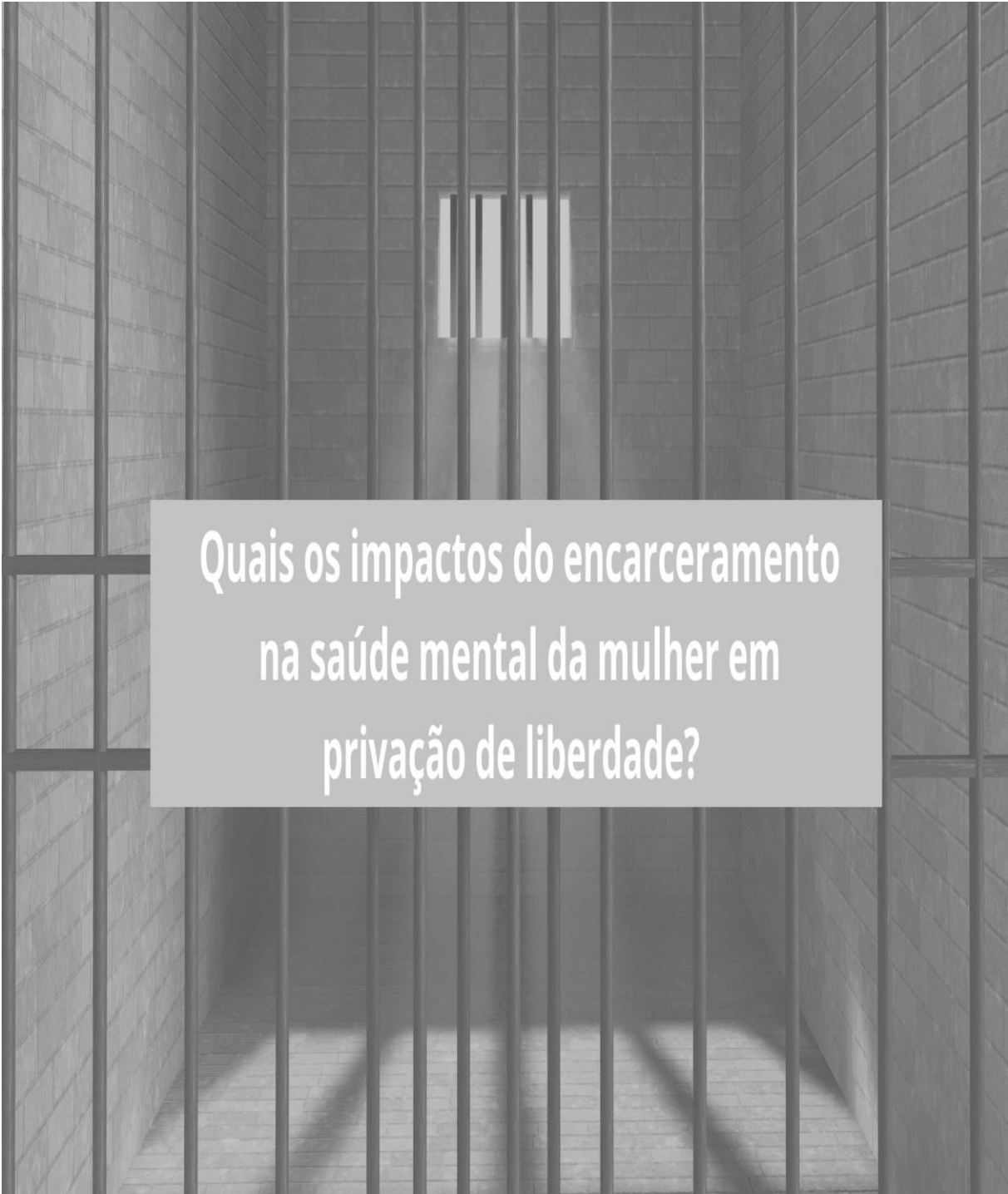


**Qual a importância dos relacionamentos
afetivos sexuais
de mulheres durante o encarceramento?**

As visitas e os laços afetivos desempenham um papel crucial nas penitenciárias femininas. Esses contatos proporcionam não apenas apoio emocional, mas também ajudam a mitigar a solidão e o isolamento enfrentados por mulheres encarceradas. Os vínculos afetivos provenientes das visitas são fundamentais para a saúde mental, o bem-estar emocional e até mesmo para a reintegração social após o cumprimento da pena.

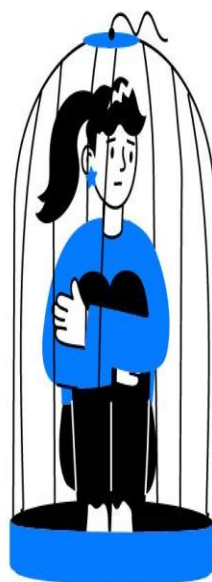
Os relacionamentos amorosos em ambiente carcerário, assim como as visitas e laços afetivos fornecem um impacto positivo na saúde mental das mulheres encarceradas, podendo servir como um fator de estabilidade durante o período de detenção e podem influenciar positivamente na redução da reincidência, ao oferecer suporte e conexão com a comunidade fora dos muros da prisão.

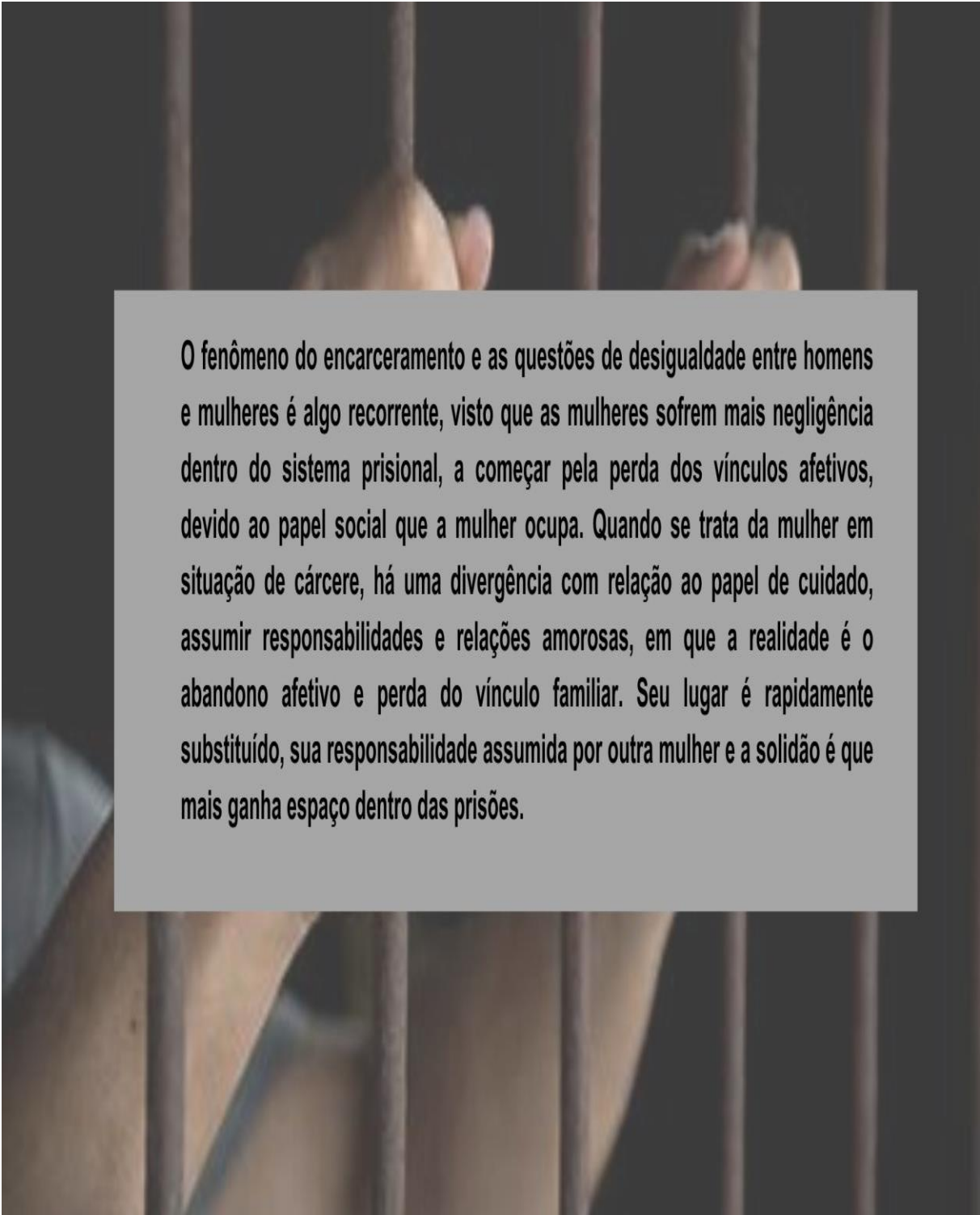




Quais os impactos do encarceramento
na saúde mental da mulher em
privação de liberdade?

As mulheres privadas de liberdade geralmente vêm de um ambiente econômico e socialmente desfavorecido, experimentam maiores problemas de saúde física e mental e têm mais necessidades em contraste com os detentos do sexo masculino, bem como com a população em geral. A falta de estrutura, que junto ao ponto anterior, acarretam um maior índice de solidão e abandono afetivo, dentro do contexto familiar e amoroso. O abandono afetivo perdura após a pena, pois elas encontram dificuldades em recomeçar a vida sozinhas após o período de cárcere e acabam voltando para o presídio, contribuindo para o sofrimento destas.





O fenômeno do encarceramento e as questões de desigualdade entre homens e mulheres é algo recorrente, visto que as mulheres sofrem mais negligência dentro do sistema prisional, a começar pela perda dos vínculos afetivos, devido ao papel social que a mulher ocupa. Quando se trata da mulher em situação de cárcere, há uma divergência com relação ao papel de cuidado, assumir responsabilidades e relações amorosas, em que a realidade é o abandono afetivo e perda do vínculo familiar. Seu lugar é rapidamente substituído, sua responsabilidade assumida por outra mulher e a solidão é que mais ganha espaço dentro das prisões.

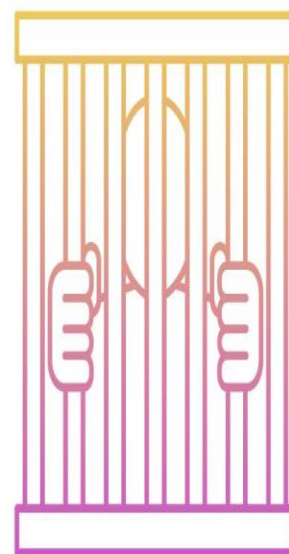
Quais medidas podem ser tomadas para melhorar a qualidade de vida das mulheres no cárcere?



Todas as questões elucidadas nessa cartilha, partiram dos relatos das participantes deste estudo, tornando assim as indicações compatíveis com a necessidade real no processo de encarceramento da mulher em privação de liberdade.

Enfraestrutura das unidades prisionais específicas para o gênero feminino

Na atualidade, com o crescente aumento de mulheres privadas de liberdade, quando comparado com o início, são poucas penitenciárias exclusivamente femininas, sendo na grande maioria mista, isto é, que recebe homens e mulheres, divididos apenas por corredores. Apenas 7% dos estabelecimentos penais no Brasil são destinados exclusivamente às mulheres. Cerca de 17% das prisões destinadas a elas são mistas, ou seja, abrigam homens e mulheres, separados apenas por módulos, galerias ou celas. São meras adaptações ou adequações dos presídios masculinos, o que configura uma violação à Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984), que determina em seu artigo 82, §1º, que as mulheres deverão ser “recolhidas” em estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal.



Estímulo e promoção do atendimento psicológico

O atendimento psicológico para mulheres em situação de privação de liberdade é de extrema importância, pois atende a uma série de demandas emocionais, psicológicas e sociais que essa população enfrenta. O acompanhamento psicológico permite que elas possam ressignificar experiências traumáticas, promovendo um processo de cura e fortalecimento emocional. Mulheres presas podem sofrer muito com a separação dos filhos, o que intensifica sentimentos de culpa e angústia. O atendimento psicológico oferece um espaço para lidar com essas emoções, trabalhar questões relacionadas ao vínculo com os filhos e preparar a reintegração familiar no futuro. O acompanhamento psicológico pode contribuir para a redução da reincidência ao promover uma reflexão sobre as circunstâncias que levaram à prática criminosa, ajudando a mulher a construir novas perspectivas e estratégias para lidar com os desafios da vida fora da prisão.



Medidas socioeducativas e de remição de pena direcionadas as mulheres em cárcere

Medidas socioeducativas, como atividades de educação, qualificação profissional e programas de ressocialização, são fundamentais para preparar a mulher para sua reintegração na sociedade. Essas atividades ajudam a reconstruir a vida após o período de encarceramento, oferecendo a oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional, o que pode reduzir significativamente a reincidência criminal. Quando as mulheres são inseridas em atividades educativas e laborativas, elas têm mais chances de romper com o ciclo de criminalidade. A educação, em especial, proporciona acesso a novos conhecimentos e oportunidades, enquanto o trabalho favorece a construção de uma identidade social positiva e a possibilidade de adquirir recursos financeiros de forma legal após o cumprimento da pena.



Considerações finais

As dificuldades vivenciadas pelo sistema penitenciário brasileiro, como a superlotação e a falta de políticas públicas para as pessoas em privação de liberdade. Essa cartilha foi construída a partir de inquietações vivenciadas por mulheres em cárcere e assim temos a oportunidade através dos seus depoimentos suas necessidades e reivindicações para um sistema prisional que atenda as necessidades do gênero feminino. Como também a relevância de fortalecer a luta pelo reconhecimento e aplicação dos Direitos Humanos dentro do ambiente prisional que engloba populações estruturalmente e historicamente vulneráveis, e que são invisibilizadas. Dito isto, é importante expor que pesquisar sobre as relações afetivas e sexuais de mulheres em cumprimento de pena e os impactos da falta destas relações na vida das mulheres.

As referências para a construção desta cartilha estão no texto completo da dissertação: Silva, E.L (2024). Amor e prisão: percepções das relações afetivas sexuais de mulheres em cumprimento de pena no estado do Piauí (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Delta do Parnaíba- UFDPAr, Parnaíba, PI, Brasil.



Emanuele Leal da Silva

Psicóloga CRP 21/04208. Mestre em Psicologia. Assessora Técnica em Psicologia da Diretoria de Defesa Social da Secretaria de Segurança Pública. Membro do Núcleo de Pesquisa em Relacionamento Interpessoal da Universidade Federal do Delta do Parnaíba-NUTRIN. Membro do grupo de trabalho interinstitucional de prevenção ao suicídio da SESAPI. Coordenadora do curso de Psicologia da Faculdade de Tecnologia do Piauí –FATEPI. Faculdade de Ensino Superior do Piauí – FAESPI.

Email: Emanueleleal24@hotmail.com



Sandra Elisa de Assis Freire

Doutora e Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) e do curso de Psicologia. Membro titular do Comitê de Ética e Pesquisa da UFDPAr. Coordena o Núcleo de Pesquisa em Relacionamento Interpessoal – NUPRIN; vice-coordenadora do GT Família, Processos de Desenvolvimento e Promoção da Saúde da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP).

Email: Sandraelisa.freire@gmail.com